

## ACTA N.º 3/05

- - - Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Armando Rodrigo Soares Pereira. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Marsal Silva Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Defensor Oliveira Moura. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Maria Flora Silva Passos Silva, José Maria da Cunha Costa, Vítor Manuel Castro de Lemos, Joaquim Luís Nobre Pereira, Ana Margarida Ferreira da Silva, Mário da Cunha Rodrigues Guimarães, António Carvalho Martins e Augusto Patrício Lima Rocha. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de setenta e quatro deputados municipais e a falta de sete, conforme documento que se junta sob o número 1. -----

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. -----

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) Nº 1 ARTº 38º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO DOS SEGUINTES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:- AREOSA, que se faz substituir por Fernando Pires de Figueiredo Pimenta da Gama, SANTA MARIA MAIOR, que se faz substituir por José Manuel Rodrigues Oliveira Valença e tendo em atenção que se encontravam presentes na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais. -

- - - Uma vez que o cidadão Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos eleito pelo

## **MANDATO 2005-2009**

CDS/PP, faltou justificadamente ao acto de instalação da Assembleia Municipal deste Município, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 44º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e por se encontrar presente na presente sessão e tendo este declarado aceitar o cargo, após ter sido verificada a sua legitimidade pelo Presidente da Assembleia passou a participar nos trabalhos da presente reunião, pelo que também vai assinar a presente acta. Mais foi deliberado aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. -----

- - - Seguidamente, foi submetido à aprovação o texto das actas números 1 e 2, das sessões da Assembleia realizadas em 3 e 28 de Novembro findo, tendo-se registado a intervenção do deputado municipal Sebastião Seixas, que fez alguns reparos ao conteúdo das referidas actas, ao que o Presidente da Assembleia respondeu que o texto das actas iria ser rectificado com as alterações sugeridas nomeadamente quanto à referência na acta número 1 aos requerimentos de pedido de substituição e na acta número 2 irá ser incluída a intervenção do deputado municipal Antero Filgueiras no ponto número 3. Finda a intervenção e postas a votação foram aprovadas por maioria, com a abstenção dos deputados que não estiveram presentes nas referidas sessões e o voto contra do deputado municipal Antero Filgueiras no que diz respeito à acta número 2. -----

- - - Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu conhecimento de diverso expediente recebido. -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- - - O Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regimento, deu conhecimento que chegaram à mesa os seguintes documentos:- Voto de Louvor apresentado pelo PSD, Moção apresentada pela CDU e voto de pesar apresentado pelo CDS/PP, tendo de seguida procedido à leitura dos mesmos a fim de dar conhecimento do seu teor. Face ao conteúdo dos referidos documentos o Presidente da Assembleia, informou que os mesmos serão postas a discussão no período que se segue e

**MANDATO 2005-2009**



serão votadas no final de todas as intervenções. - - - - -

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia tendo-se registado a intervenção dos seguintes Deputados Municipais:- Carlos Parente Antunes, Antero Augusto Martins Filgueiras, António Rui Viana Fernandes Ponte (doc. nº 2), Presidente da Junta de Freguesia de Carreço, Júlio Manuel Silva Magalhães e Vasconcelos, Luís Manuel Miranda Palma, José Carlos Resende Silva, Fernando António Silva Marques. - - - - -

- - - Foi solicitado que as intervenções de Luís Palma e José Carlos Resende, na parte em que se referem "A Aurora do Lima" ficassem transcritas na presente acta, pelo que se passa a fazer a transcrição das referidas intervenções:- Luís Palma - *Aquilo que me leva a intervir é relativamente àquele voto de louvor relativo aos 150 anos do jornal "Aurora do Lima". Preferíamos não ter de falar deste jornal. É evidente que 150 anos é uma data, e esta efeméride é uma data que não nos pode passar ao lado, toda a gente tem conhecimento e louva a longevidade deste jornal. E digo que preferíamos não falar sobre isto porque o que se tem verificado nos últimos anos é que infelizmente este jornal tem sido um veículo de oposição à Câmara e ao Partido Socialista. É evidente que o Partido Socialista respeita os seus fundadores, respeita os 150 anos de existência e todas as vicissitudes por que passou com certeza este jornal. Respeita os seus leitores e respeita alguns dos seus colaboradores. Porque infelizmente há outros colaboradores que utilizam aquele jornal para denegrir a imagem de Viana do Castelo e para denegrir a imagem desta Assembleia Municipal. Para acusar os elementos desta Assembleia Municipal e os Presidentes da Junta, tratando-os como palhaços, tratando-os como "boys", como "yes mans", desta Câmara. Tratam toda a gente por igual e não há directores que se oponham minimamente a que estas notícias sejam veiculadas constantemente neste jornal. Portanto é uma situação incomodativa para nós, porque preferíamos passar ao lado desta situação, reconhecendo sim, a longevidade do jornal, mas uma vez que nos é posto este*

## **MANDATO 2005-2009**

*voto à consideração teremos que nos abster, precisamente por isto, precisamente pelos 150 anos, por aquilo que achamos, como toda a gente deve entender e tenho certeza que acredita, respeitamos e defendemos a imprensa regional, achamos que é necessária. Mas lá está, achamos que as notícias devem ser feitas com isenção. Se vocês lêem o jornal Aurora do Lima reparam que quem está fora deste concelho, quem está em terras longínquas e não tem acompanhado o desenvolvimento de Viana nos últimos anos, fica com uma imagem completamente alterada do que Viana é. E quando chega cá diz assim: "Finalmente eu pensei que isto estava tudo... que isto não era nada... que isto era a terra mais pobre que existia. Onde se vivia pior e afinal não é nada disto.". Portanto em vez de dar uma imagem positiva de Viana dá uma imagem absolutamente negativa, uma imagem constrangedora de todo o nosso concelho. Portanto o Partido Socialista vai sentir-se forçado a abster-se e não vota contra precisamente porque respeita os seus fundadores, alguns dos seus colaboradores, os leitores e os 150 anos deste jornal. Muito obrigado. - -*

*José Carlos Resende - Falou-se aqui sobre a Aurora do Lima. Eu penso que em primeiro lugar é um dos jornais que mais tem contribuído para as vitórias do Partido Socialista nesta campanha. Porque a forma como não retrata ou a forma tão errada como retrata a nossa realidade leva a que a grande maioria das pessoas percebam que não tem nada a ver com a verdade. Estou farto de assistir pessoalmente a muitas pessoas a dizer-me assim: "Eu li na Aurora do Lima que o Jardim não existia, que estava destruído. Eu li na Aurora do Lima que a Avenida dos Combatentes tinha desaparecido, que era só buracos nos viadutos e que os parques de estacionamento estavam a levar o caos à cidade.". Tantas histórias que nós temos e que todos os dias nos retratam. Mas há realmente uma questão que eu acho que é essencial, e que é uma pena relativamente a este jornal e que há uma coisa que ele não faz. Ele não retrata a nossa realidade e eu tenho muita pena disso porque é um jornal que é o mais antigo do país, de Portugal pelo menos parece-me*

**MANDATO 2005-2009**3 -

*que há um jornal mais antigo nos Açores. É pena. E eu, desculpem-me, deve-se evitar falar aqui de questões pessoais, mas não consigo deixar de resistir a contar aqui uma história sobre a Aurora do Lima. Há uns anos já largos, houve um homem que foi para os jornais, para o Público, para o Independente, dizer: "A Câmara Municipal chantageou-me. Obrigou-me a dar uma quinta para me aprovar uns loteamentos." A Aurora do Lima não publicou uma linha. Passado um ano este homem matou-se, e tornou a dizer numa série de 64 cartas que o fazia por isto, por esta chantagem. Ao funeral dele foram perto de 5.000 pessoas. A Aurora do Lima não deu uma linha da notícia. Apesar dos jornais nacionais todos falarem sobre o assunto. Isto deu origem a um processo judicial. Andou anos e anos nos tribunais. Teve julgamento. Provou-se que esses processos foram falsificados que nesses tais loteamentos nunca houve preocupações com índices, com construções, só houve a preocupação de conseguir notícias nos jornais sobre quintas que se conseguiram, inaugurações por Marques Mendes, etc. A Aurora do Lima nada noticiou sobre esses julgamentos, nunca lá mandou nenhum jornalista. Como também nunca manda nenhum jornalista a esta Assembleia. Aquela empresa que se queixou disto ao fim de treze anos ganhou o processo e a Aurora do Lima tornou a nada noticiar. Este é só um dos exemplos de quando se diz que aquele jornal retrata a nossa realidade, não retrata nada. Retrata aquilo que lhe mandam para lá, em comunicações ou notas de imprensa. E se gastar delas! Se não gostar ou não as publica ou publica-as da forma mais discreta possível. É por isso que, tendo todo o respeito por aqueles que o fundaram, por aqueles que trabalharam naquele jornal, por aqueles que ainda hoje trabalham e se dedicam a tentar ser jornalistas, não podemos aceitar este louvor sem nenhuma espécie de consciência crítica e temos de ter uma posição de dizer que não chega isto, isto não é o bom para a cidade, não é este género de jornalismo que dignifica esta terra, porque só ter 150 anos não chega. Muito obrigado. -----*

## **MANDATO 2005-2009**

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - De seguida, passou-se á votação dos documentos apresentados no início do período de antes da ordem do dia:-

- Voto de Louvor (doc. nº 3) - Aprovada com 32 votos a favor e 42 abstenções

Finda a votação, foi apresentada por Adelaide Lousinha em representação do PS declaração de voto sobre o sentido de voto do Agrupamento Político do PS (doc. nº 6).

- Moção da CDU (doc. nº 4) - Rejeitada com 5 votos a favor, 32 votos contra e 38 abstenções.

- Voto de Pesar (doc. nº 5) - Aprovado por maioria com 3 abstenções e 1 voto contra

### **ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS**

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento do teor do ofício da Câmara Municipal com a referência GAP-254, datado de 22 de Dezembro corrente, (doc. nº 7) pelo qual é solicitado que seja aditado um ponto à ordem de trabalhos da presente reunião com a seguinte designação "Parque Empresarial da Praia Norte - Alteração do Regulamento das Condições de Uso Privativo dos Lotes do Parque Empresarial da Praia Norte", para o qual foi remetida a respectiva documentação. Acerca deste assunto intervieram os deputados municipais Luís Louro e Sebastião Seixas. A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o número 3 do artigo 29º do Regimento, não aditar à presente Ordem de Trabalhos, pelo facto de não ter sido reconhecida a urgência de deliberação por dois terços do número legal dos seus membros, do referido assunto. Esta deliberação foi tomada por maioria com 41 votos a favor, 19 votos contra e 5 abstenções, de um total de oitenta e um deputados municipais. -----

**MANDATO 2005-2009**



**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 8. -----

**PONTO 1**

**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

- - - O Presidente da Assembleia deu conhecimento que em cumprimento do que dispõe a alínea e) n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (documento n.º 9), tendo-se registado a intervenção de Sebastião Seixas. O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. -----

**PONTO 2**

**OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO  
DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSB PARA 2006**

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 7 de Dezembro corrente (doc. n.º 10) tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos seguintes deputados municipais:- Luís Manuel Miranda Palma (doc. n.º 11), Ivone Rocha (doc. n.º 11-A), Ana Oliveira (doc. n.º 12), Fernando Marques (doc. n.º 13), Presidente da Junta de Freguesia de Chafé, Noé Rocha, Luís Louro (doc. n.º 14), Aristides Sousa (doc. n.º 15), Rui Viana (doc. n.º 16), José Carlos Resende, Ivone Rocha, Presidente da Junta de Carreço, Eduardo Teixeira. -----

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos. - - -

- - - De seguida e por solicitação do Agrupamento dos Presidentes de Junta Independentes, o Presidente da Assembleia nos termos e ao abrigo do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 24 do Regimento, concedeu um intervalo de 5 minutos a fim de poderem reunir antes da votação dos documentos. Retomados os trabalhos, pediram esclarecimentos os seguintes deputados municipais:- Eduardo Alexandre Ribeiro

## MANDATO 2005-2009

Gonçalves Teixeira, Presidente da Junta de Chafé, Presidente da Junta de Meixedo, Presidente da Junta de Carreço, Presidente da Junta de Chafé. -----

- - - O deputado Eduardo Teixeira solicitou que a sua intervenção e esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara antes do intervalo, ficassem transcritos na presente acta, pelo que se passa a fazer a transcrição integral das referidas intervenções:- Eduardo Teixeira: - *Eu participei esta semana na aprovação de um orçamento de uma Junta de Freguesia e fiquei preocupado pela execução financeira e portanto estamos a falar de um orçamento de execução financeira de 2006. E gostaria de só perguntar ao Executivo:- Qual é o montante que deve na sequência do que foi falado a nível das Juntas de Freguesias às quarenta freguesias das deliberações tomadas e que vão ser pagas em 2006 tendo consciência que só numa freguesia deve cerca de 200 mil euros. Portanto, partindo do princípio que deve às 40 freguesias qual é o montante em causa?* Presidente da Câmara - *Eu começo por responder já a essa pergunta: Não tenho aqui os números naturalmente, vai ter informação sobre isso no relatório de actividades que vai ser apresentado à Assembleia Municipal. Eu terei o cuidado de o informar sobre isso. Não tenho aqui esses números, naturalmente. É preciso que tomem em atenção que entre a deliberação e deliberações executadas com auto de medição há uma diferença significativa. Há deliberações que não foram executadas ou cujo auto de medição não confirmou a deliberação e por isso não puderam ser pagas. Isto são coisas genéricas que é preciso tomar em atenção quando se fala em montantes deliberados.* -----

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos após o que foi submetida a referida proposta à votação da Assembleia Municipal, tendo sido rejeitada, com 37 votos contra, 34 votos a favor e 4 abstenções. -----

- - - Por último, foram proferidas as seguintes declarações de voto, que conjuntamente com as intervenções ocorridas na discussão do presente ponto da ordem de trabalhos

fundamentam a rejeição as Opções do Plano e Orçamento:- Ivone Rocha, em representação do PSD; Presidente da Junta de Chafé, em representação do Agrupamento dos Independentes, Rui Viana em representação da CDU (doc. nº 17). - - - -

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

- - - Nos termos e ao abrigo do disposto no número 3 do artigo 24º do Regimento, uma vez que a reunião já decorria com quatro horas e trinta minutos, e dado o adiantado da hora (duas horas da manhã), o Presidente da Mesa, pôs à consideração da Assembleia a suspensão ou continuação dos trabalhos. Posta a votação, foi deliberado suspender a reunião, com 50 votos a favor, 17 votos contra e 7 abstenções. Por último, o Presidente da Assembleia informou que a 2ª reunião desta sessão será oportunamente marcada, para o que será enviada a respectiva convocatória. - - - - -

### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma. - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -





22-12-2005

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

## FOLHA DE PRESENCAS

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE SAIDA <sup>Entrada</sup>	REGISTO DE SAIDA
Armando Rodrigo Soares Pereira - PS		
Carlos Parente Antunes - PPD/PSD		
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS		
Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas - PPD/PSD		
Manuel Augusto de Jesus Lima - PS		
Maria de Fátima Simões Viana Bastos - PS		
Ivone da Silva Sousa da Costa Rocha - PPD/PSD		
Luís Manuel Miranda Palma - PS		
José Augusto Neiva de Sá - PPD/PSD		
Manuel Domingos Cunha da Silva - PS		
Ana Rocha de Oliveira - CDU		
Paulo Jorge Araújo do Vale - PPD/PSD		
Maria Adelaide Vieira Lousinha - PS		
Amândio Araújo Passos Silva - PS		
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro - PPD/PSD		
Júlio Manuel da Silva Magalhães e Vasconcelos - CDS/PP		
Maria Emília Magalhães Barbosa - PS		
Fernando António da Silva Marques - BE		
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira - PPD/PSD		
Berta Maria de Sá Santos - PS		



22-12-2005

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Antero Augusto Martins Filgueiras - PPD/PSD		
Victor Manuel de Abreu Barbosa - PS		
Manuel Pinto Costa - PS		
António Rui Viana Fernandes da Ponte - CDU		
João Fernando Rodrigues da Cruz - PPD/PSD		
João Campos Sardinha - PS		
Artur Guilherme de Sousa Emílio - PPD/PSD		
Carla Alexandra Ribeiro Esteves Cerqueira - PS		
Aloísio Fernando da Costa Freitas - PS		
Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins - PPD/PSD		
Maria Luísa de Sá Barbosa Novo Vaz - VNC		
Noé Martins da Rocha - PS		
Emanuel Araújo Miranda - PPD/PSD		
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela - PS		
Aristides Martins de Sousa - CDS/PP		
António Meira Gonçalves - PPD/PSD		
José Augusto Ribeiro dos Reis - PS		
Rui Sá Afonso - CDU		
Luís Filipe de Oliveira Louro - BE		
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS		
João Pedro Cunha da Cruz - PPD/PSD		



22-12-2005

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

MEMBROS ELEITOS SUPLENTES	REGISTO DE SAIDA	REGISTO DE SAIDA
Fátima Cristina Brito de Melo (PS)		
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)		
Joaquim Augusto Lopes Pinheiro (PS)		
Manuel Domingos Afonso de Miranda (PS)		
António da Costa Gorito (PS)		
Ilídio Matos de Carvalho (PS)		
Paula Ninotcha Martins Marques (PS)		
Luís Costa Marques (PS)		
Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)		
João Paulo da Costa Marinho (PSD)		
Domingos Miguéis Gonçalves Cachadinha (PSD)		
Miguel Angel Rodrigues Dominguez (PSD)		
Daniela Cláudia Barbosa Afonso Cerqueira (PSD)		
Ricardo Augusto da Fonte Parente (PSD)		
Pedro Alexandre Barros Amorim do Rego (PSD)		
Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP)		
Daniel Gomes de Amorim (CDS/PP)		
António Gonçalves da Silva (CDU)		
Augusto Manuel Alves Silva (CDU)		
Sónia Maria da Silva Lajoso (VNC)		
Rafaela Sousa Coutinho de Almeida (VNC)		
Francisco Ribeiro Vaz (BE)		
Manuel Sá Mota (BE)		



22-12-2005

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

PRESIDENTE DE JUNTA	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Manuel Fernando Xavier Morais do Vale - AFIFE		
Fernando Alberto Vilarinho Martins - ALVARÃES		
José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE		
Rogério Ramiro Silva Barreto - BARROSELAS		
Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS		
Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO		
Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO		
José Vieira Pires - CASTELO DE NEIVA		
José Filipe Penteado Ribeiro - CHAFÉ		
António Idalino Rodrigues Pereira - DEÃO		
Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE		
Artur Borlido Ribeiro - FREIXIEIRO DE SOUTELO		
Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA)		
José Augusto Oliveira Silva - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA)		
Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANHESES		
Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES		
Marsal da Silva Pereira - MEIXEDO		
Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA		
José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA		
Porfírio Neves Afonso - MUJÃES		
António Pereira da Costa - NEIVA		



22-12-2005

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA		
Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO		
Rodolfo Rodrigues Parente - PERRE		
José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÁ		
Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO		
Filipe Esteves Miranda - SERRELEIS		
Ilidio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA		
Joaquim da Cruz Araújo - TORRE		
António Ferreira Longarito - AREOSA		
Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE		
Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA		
Miguel Pita Carvalhosa - MONSERRATE		
Amadeu Morais Bizarro - SANTA MARIA MAIOR		
Adolfo Rodrigues de Azevedo - VILA FRANCA		
António Dias dos Santos - VILA FRIA		
Filipe Mendes Costa - VILA MOU		
José Augusto do Rego São João - VILA NOVA DE ANHA		
António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE		
António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA		



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



## INTERVENÇÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/DEZ/05

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Exm<sup>a</sup> Vereação

Senhores Deputados Municipais

Pretende o AGRUPAMENTO POLÍTICO DA CDU neste ponto da Ordem de Trabalhos – Antes do Período da Ordem do Dia – levantar algumas questões para as quais solicita desde já a atenção da Câmara Municipal, para a sua resposta, sendo certo que relativamente a alguns dos pontos que vai focar, vai seguidamente entregar à Mesa os respectivos requerimentos.

\*\*

Assim, pretende o Agrupamento Político da CDU, requerer á Câmara Municipal, que nos seja facultada uma **colecção dos recortes de notícias dos Jornais**, que diariamente a Câmara Municipal elabora, sobre notícias do nosso concelho e ou envolvendo a nossa região – Requerimento;

\*\*

Pretendemos ser informados sobre para quando a instalação do **Conselho Municipal de Desporto**, que foi aprovada a sua criação em sessão camarária de 4/12/05  
Requerimento;

\*\*

Sobre a construção, em vias de conclusão, do **Viaduto da Passagem de Nível da Portela de Baixo/Rua do Penedo**, pretendemos ser informados como vai ser resolvida a questão da falta de acessos no referido viaduto a portadores de deficiência,

numa altura em que uma directiva comunitária já se encontra em vigor com tal obrigatoriedade – Requerimento;

\*\*

Entendemos também, solicitar um esclarecimento sobre o **Parque de estacionamento da Estalagem Melo Alvim**, existente ao cimo da Av. dos Combatentes, do lado direito da Estação dos Caminhos de Ferro. O espaço agora ocupado por este Parque da Estalagem, era privado da CP/Refer, como passou agora para a posse da Estalagem, sabendo que a CP/Refer, é uma empresa pública. Que intervenção teve a Câmara Municipal, neste assunto, incluindo a PT/Telecom que colocou um intercomunicador, de ligação directa para a Estalagem, do posto de telefone público, ali existente.

Não é o facto da Estalagem Melo Alvim, ter este parque de estacionamento privativo, que move o nosso pedido de esclarecimento, mas sim o facto de existirem mais Estalagens, Residenciais e Pensões, cedia das na cidade de Viana do Castelo que também muito gostariam de poder contar com um parque de estacionamento privativo para servir os seus utentes – Requerimento;

\*\*

Uma palavra para a falta de **Ornamentações de Natal** na cidade de Viana do Castelo, excluindo alguns pontos de luz e algumas árvores ornamentadas com lâmpadas e a Praça da República.

Será, estou certo, a única capital de distrito no País, que no corrente ano não apresenta ornamentações/iluminações de natal, pelas diversas ruas do centro histórico e que em anos anteriores eram num total de 16 ruas.

Não funcionou a parceria com a Associação Empresarial de Viana do Castelo ?

O montante do subsídio atribuído pelo Município à Associação Empresarial no valor de 15.000 € (quinze mil euros), recentemente decidido é insuficiente ?; Foi tardia a decisão da Câmara sobre a sua atribuição ?; O montante do subsídio não tem vindo a baixar substancialmente, em 2004 não foi de 20.000 € ?; A falta de ornamentações

natalícias nas ruas do comércio tradicional não penaliza nesta quadra, os comerciantes ?; São estas dúvidas que deixamos aqui à reflexão e para as quais muito gostaríamos de ser informados.

\*\*

A questão do estado da **Av. do Atlântico** voltou aos Jornais. Para quando uma intervenção naquela artéria, designadamente dos passeios, que não é possível manter por muito mais tempo a actual situação. É uma Avenida que nos conduz à Praia Norte, à piscina municipal, ao pavilhão municipal, às Escolas, ao Bairro dos Pescadores e ao Parque Empresarial da Praia Norte. É urgente que o Executivo Camarário, presidido por V.Ex<sup>a</sup> não se esqueça daquela zona, designadamente daquela Avenida.

\*\*

Por último uma palavra sobre o PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) recentemente aprovado na Assembleia da República pela maioria, que é uma ofensa política que o governo de José Sócrates faz ao distrito de Viana do Castelo e particularmente ao nosso concelho e a todos que aqui vivem e trabalham.

O PIDDAC que José Sócrates e a maioria aprovaram para os alto-minhotos é o mais baixo do País. É pouco mais de metade do PIDDAC previsto para os distritos de Portalegre, de Bragança ou de Vila Real.

Não deixa de ser estranho que dos 35 milhões de euros destinados ao Alto Minho (menos 19 milhões que em 2005), 23 milhões estejam afectos a uma rubrica designada de forma vaga, por “outros investimentos”, o que revela alguma falta de transparência.

Recuando no tempo, verifica-se que só em 1997, isto é, há 9 anos é que podemos encontrar um PIDDAC para o distrito de Viana do Castelo nominalmente inferior ao de 2006 (e que foi de 34,5 milhões de euros).

O exagerado nível relativo do investimento afecto à rubrica “Vários Concelhos do Distrito” não parece ter sustentação técnica e revela apenas a intenção do

Governo passar a decidir, caso a caso, por critérios nada transparentes e totalmente desconhecidos, os projectos concretos que vai concretizar e a respectiva localização. O exagerado nível relativo do investimento afecto a “Vários Concelhos” indicia assim a predisposição do Governo poder criar um “fundo de investimento” discriminatório e vocacionado para servir clientelas politico/partidárias.

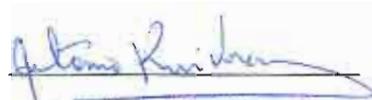
Uma análise detalhada dos projectos anunciados mostra claramente o abandono(e adiamento) de muitos projectos estruturantes essenciais ao desenvolvimento do Distrito, entre os quais gostaríamos de sublinhar, como exemplos, a ausência de compromissos sobre o prolongamento do IC1 entre Caminha e Valença, a construção de novas travessias no Minho e no Lima, a construção de acessos rodo ferroviários ao porto de Viana do Castelo, a inexistência de qualquer referência sob a modernização da linha ferroviária Porto/Viana/Vigo, ou à insipiência inaceitável das medidas tendentes à promoção da actividade turística do Distrito.

Por estas e outras razões, que o tempo não permite explanar, é que o distrito de Viana do Castelo é cada vez mais periférico e pobre.

Um reparo final à Câmara Municipal de Viana do Castelo que nada disse sobre este PIDDAC. Um silêncio absoluto, que é de lamentar.

Viana, 22/12/05

O Deputado Municipal da CDU



(António Rui Viana)

## VOTO DE LOUVOR

0 - Contra

32 - A favor

212 - Abstencões

NO PASSADO DIA 15 DE DEZEMBRO "A AURORA DO LIMA" CUMPRU O SEU 150º ANIVERSÁRIO. UMA EFEMERIDE QUE IMPRESSIONA QUANTITATIVAMENTE, MAS SOBRETUDO QUALITATIVAMENTE. DE FACTO, "A AURORA DO LIMA" TEM AO LONGO DA SUA VIDA SEMPRE REVELADO UM PAPEL INTERVENTIVO NA VIDA SOCIAL VIANENSE CONSTITUINDO EM SIMULTANEO MEMÓRIA VIVA DA HISTÓRIA DO CONCELHO E ESPAÇO DE DEBATE DE IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO E PROPOSTAS DE FUTURO.

RETRATO VIVO DA CIDADE, DAS SUAS GENTES, DA SUA CULTURA; ESPELHO DOS ANSEIOS E DA REALIDADE POLITICA NACIONAL E LOCAL "A AURORA DO LIMA" É JÁ PATRIMÓNIO DA CIDADE CONSTITUINDO PARTE INTEGRANTE E INDISPENSÁVEL DA VIDA DA CIDADE.

ASSIM A ASSEMBLÉIA MUNICIPAL DELIBERA:

APRESENTAR UM VOTO DE LOUVOR AO JORNAL AURORA DO LIMA, AOS SEUS FUNDADORES, DIRECTORES, JORNALISTAS E COLABORADORES, FELICITANDO O JORNAL NO SEU 150º ANIVERSÁRIO.

22. Dezembro 2000

FSD.

Pauvres

Rejeitada

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



## MOÇÃO

SIM - 5  
NÃO - 32  
ABS - 38

### SOBRE O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2006

#### Considerando que:

- A Orçamento do Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do Poder Local a pretexto do Pacto de Estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local democrático, conquistado e construído após o 25 de Abril de 1974;
- O Governo pura e simplesmente não cumpre a Lei das Finanças Locais mantendo os fundos municipais ao nível de 2005 e prevendo um saco azul de € 200 000 000 para distribuir discricionariamente em benfeitorias inaceitáveis;
- O Governo introduz na proposta de Orçamento de Estado normas de tutela sobre as Autarquias Locais que constituem grave atentado à autonomia do Poder Local e, logo, à Constituição da República Portuguesa;
- Permanecem as restrições ao recurso ao crédito para investimento apesar de, segundo os dados do Banco de Portugal, as Autarquias Locais em 2003 ficarem abaixo dos limites de endividamento previstos e em 2004 e 2005, terem contribuído para a diminuição do défice público enquanto o Estado continua a contribuir para o aumento da dívida pública o Orçamento para 2006, um aumento do seu endividamento líquido até 12,6 milhões de euros (art. 82º e 83º do Orçamento de Estado);
- A tendência do Governo para transformar as autarquias em serviços autónomos sob sua direcção se revela também neste Orçamento de Estado através de normas inaceitáveis de tutela sobre as Autarquias Locais, designadamente a suspensão de destacamentos, requisições e transferências de pessoal (art. 11º) e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal o que, ligado ao aumento dos salários e dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, levariam, a serem cumpridos, ao despedimento de pessoal e à integração em quadros de excedentes que voltam a criar;
- Essa tendência se revela também pelo pedido de autorização legislativa, inaceitável do ponto de vista jurídico, para “criar um regime geral das taxas municipais e das freguesias visando alargar a sustentabilidade financeira das Autarquias Locais...”;
- Se mantém o cenário de degradação do poder de compra e demais condições de trabalho dos trabalhadores da função pública, em que se incluem os trabalhadores das autarquias, factor principal de desmotivação, fuga de recursos qualificados e dificuldade no seu recrutamento;

- Prossegue a retracção do investimento do Estado, particularmente em infra-estruturas e equipamentos sociais, de saúde e ensino e, em geral, mantém-se e agrava-se o cenário negro para a economia e os portugueses em geral, com reflexos brutais nas populações cujos interesses nos cabe defender, no tecido social e na actividade económica local,

**A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, reunida em 22 de Dezembro de 2005, delibera:**

1.º - Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;

2.º - Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República, reclamando das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado 2006 susceptíveis de a enfraquecer;

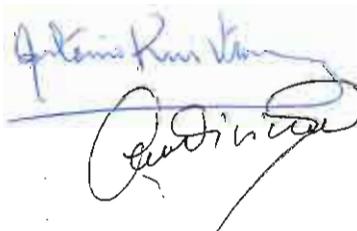
3.º - Protestar contra o novo patamar de degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da autarquia imposto por este orçamento, solidarizando-se com a sua luta;

4.º - Reclamar a retoma do investimento público, em especial na saúde, acção social e educação a um nível que responda efectivamente às necessidades da economia local e às carências da população;

5.º - Remeter a presente moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população.

Viana do Castelo, 22 de Dezembro de 2005

Os Eleitos da CDU



PROPOSTA

Aprovada por maioria

SM - Restante  
NAG - 2  
ABS - 3

Decoraram 25 anos sobre a morte, trágica, de dois grandes homens de Portugal: Adelino Amaro de Costa e Francisco B. Gonçalves, cuja memória se perpetua como homens livres que arriscaram a sua liberdade, a fim de assegurar a democracia em Portugal.

O CDS/PP entende que é sua dever e responsabilidade perante esta Assembleia comungar seguinte proposta:

" - Que, ~~esta Assembleia~~ mediante uma simples deliberação esta Assembleia preste a sua homenagem e reconhecimento públicos à memória destes dois homens maiores de Portugal: Adelino Amaro de Costa e Francisco B. Gonçalves".

O CDS/PP:

Vizela, 22 de Dezembro de 2005,



## Declaração de voto

O sentido da votação do Partido Socialista relativamente à saudação proposta ao aniversário do jornal “A AURORA DO LIMA” tem as seguintes justificações:

1. Respeitamos os seus leitores e aqueles que ao longo de 150 anos usaram o jornal para transmitir os seus anseios, as suas críticas, opiniões ou mensagens e ainda os momentos em que aquele jornal se afirmou pela qualidade da informação que veiculava.
  2. Consideramos, no entanto, que o jornal <sup>nos últimos dez anos,</sup> ~~nos últimos anos~~ tem mantido uma linha editorial que oscila entre a subserviência com os poderes e o criticismo desmesurado falseador da realidade, sem jornalismo, com raras notícias sobre o que se passa na nossa região que não sejam mera transcrição de comunicados, ou notas de imprensa.
  3. Consideramos que os relatos do que se passa nesta Assembleia Municipal são uma demonstração viva dessa falta de jornalismo, por se reduzirem ou à transcrição de intervenções remetidas pelas bancadas, ou a referências injustificáveis para os membros da assembleia e presidentes das juntas de freguesia aqui presentes.
  4. Pela sua antiguidade, pelos muitos homens e mulheres que acreditaram no projecto e que a ele se dedicaram, por aqueles que esforçadamente ainda hoje se dedicam ao objectivo <sup>de</sup> ~~de~~ informar de uma forma isenta, o jornal “A AURORA DO LIMA” merecia ser mais e deveria ser uma referência no jornalismo e um repositório da história da nossa região, o que infelizmente não é, por há muitos anos ter transformado os factos locais em visões quase maniqueístas;
  5. Os órgãos de comunicação social merecem apoio. A crítica merece toda a atenção. Mas, não se pode confundir o prestígio da comunicação social com o elogio de determinadas linhas editoriais.
- Estas são as razões do voto <sup>da</sup> ~~da~~ bancada do Partido Socialista.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

**Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal de  
Viana do Castelo  
4900 VIANA DO CASTELO**

**Sua referência      Sua comunicação de      Ofício N° GAP-      230      Data**

**Assunto:-** ORDEM DE TRABALHOS – ADITAMENTO DE MAIS UM PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS 22 DEZ. 2005

Relativamente ao assunto indicado em título, solicito a V. Exa., ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artº 29º do Regimento da Assembleia Municipal, a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar dia 22 de Dezembro corrente, pelos fundamentos expressos na própria resolução camarária.

Mais se informa, que se junta em anexo a documentação relativa ao ponto que tem a seguinte designação:

- PARQUE EMPRESARIAL DA PRAIA NORTE – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS CONDIÇÕES DE USO PRIVATIVO DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL DA PRAIA NORTE

Com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

**Defensor Oliveira Moura**

## **AC. CÂMARA**

**(06) PARQUE EMPRESARIAL DA PRAIA NORTE:- A) ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL DA PRAIA NORTE:-** Pelo Vereador Vítor Lemos foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “PROPOSTA - O desenvolvimento do Parque Empresarial da Praia Norte, a experiência colhida até ao momento presente e, especialmente, o facto de a grande atractividade de que, agora, beneficia este P.E., ter gerado uma enorme procura de espaços para instalação de empresas, aconselham a introdução de alguns ajustamentos no que toca à base de incidência das taxas de ocupação, ao momento da sua liquidação e outras regras tributárias.

### **REGULAMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DE LOTES DE TERRENO DO PARQUE EMPRESARIAL DA PRAIA NORTE**

#### **Segunda Alteração**

(...)

#### **ARTIGO OITAVO**

(...)

5. Os concessionários à data da entrada em vigor das presentes alterações, que nos termos previstos no Regulamento do Loteamento Industrial, ocupem os logradouros dos respectivos lotes, ainda que com instalações precárias, alpendres ou outras estruturas que possibilitem um uso diferente do previsto inicialmente, pagarão a taxa correspondente à área ocupada, de acordo com o valor que vigorar à data de emissão da licença de construção para a área de implantação, a partir do momento em que for levantado o respectivo alvará.

(...)

#### **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO**

##### **Novas concessões e transmissões de concessões**

- 1) As novas concessões, cujo contrato seja celebrado após a entrada em vigor das presentes alterações, reger-se-ão pelas seguintes regras:
  - a) A concessão de lotes será atribuída, mediante prévio concurso público, ao candidato que oferecer a quantia mais elevada por metro quadrado para a área total do lote, sendo a taxa determinada por referência ao valor oferecido.

- b) As taxas pela concessão dos lotes serão devidas desde o momento da sua adjudicação, nos termos previstos no respectivo concurso público.
- 2) A autorização da transmissão de concessões, implicará a alteração das condições e termos do contrato inicial de modo a dar satisfação ao ponto 1 deste artigo no que respeita á alteração da base de incidência das taxas de ocupação e ao início de pagamento da nova taxa.
- 3) Na hipótese prevista no número anterior os contratos de transmissão das concessões serão outorgadas também pelo Presidente da Câmara Municipal, ao qual competirá a marcação do dia, hora e local, do respectivo acto.”

A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e em consequência submeter, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, à aprovação da Assembleia Municipal as alterações ao referido Regulamento. Mais foi deliberado, ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e n.º 3 do artº 29º do Regimento da Assembleia Municipal, solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal a inclusão do presente assunto na ordem de trabalhos, da sessão da Assembleia Municipal que se realizará no próximo dia 22 de Dezembro corrente, em virtude da necessidade de lançar o mais rapidamente possível os novos concursos públicos para atribuição dos lotes livres do Parque Empresarial da Praia Norte. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a totalidade de membros em efectividade de funções.

**21.DEZEMBRO.2005**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

## **E D I T A L**

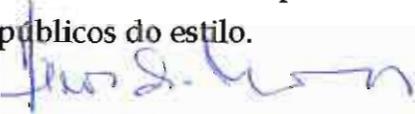
**ARMANDO RODRIGO SOARES PEREIRA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:**

Faz público que no dia **22 de Dezembro próximo (Quinta-Feira)**, com início pelas **21 horas**, realizar-se-á no **Castelo Santiago da Barra**, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

### **ORDEM DE TRABALHOS**

- 1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;**
- 2. OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSB PARA 2006;**
- 3. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ALTERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 41/2003 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS;**

Para constar se lavrou o presente edital e outros de IGUAL teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 9 de Dezembro de 2005

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

A large, stylized signature in blue ink, likely belonging to Armando Rodrigo Soares Pereira, the President of the Municipal Assembly.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal  
22 de Dezembro de 2005

## INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Neste primeiro período do novo ciclo autárquico, procedeu-se à instalação do renovado executivo camarário, com distribuição das áreas funcionais pela vereação e respectiva delegação e subdelegação de competências.

Sem prejuízo da continuação da estratégia camarária na educação, cultura e ambiente e na descentralização pelas Juntas de Freguesia, o reforço das prioridades da autarquia na intervenção social e na modernização administrativa e inovação, reflectem-se na importância que lhes foi atribuída nas respectivas áreas funcionais e, também, na reorganização dos serviços camarários que está a ser preparada.

Entretanto, merece registo a abertura ao trânsito do troço norte do IC1/A28 que já contribui para reduzir o tráfego de atravessamento do município e, também, a entrada em funcionamento do acesso à cidade, ligando o nó da Meadela à rotunda da Abelheira.

Referência, merecem igualmente os Galardões recebidos pela autarquia nos Concursos Nacionais “Cidade Limpa” e “Eco XXI”, distinguindo o sucesso da acção municipal na limpeza urbana e no projecto ambiental de desenvolvimento sustentável que vem executando há alguns anos.

No âmbito do 50º aniversário do navio hospital Gil Eannes, em cuja Fundação a Câmara Municipal tem as maiores responsabilidades, bem como no 30º aniversário da Fundação Maestro José Pedro, os actos comemorativos tiveram grande impacto local e nacional neste período do ano, quer pelos eventos realizados na cidade, quer pelos programas televisivos que lhes foram dedicados.

Referência, ainda, às conversações da autarquia com a CP sobre os novos horários de comboios na Linha do Minho e, também, à proposta de instalação de um apeadeiro em Darque não só, para minimizar o impacto das já iniciadas obras da ponte Eiffel, mas também para melhorar as comunicações ferroviárias entre as duas margens, no futuro.

Entretanto prosseguiram as obras camarárias em curso, bem como as da VianaPolis e Águas do Minho e Lima, nomeadamente as beneficiações de pavimentos e infraestruturas de arruamentos urbanos, Biblioteca, Praça da Liberdade, Posto de Turismo, Anel Viário e Parque de Estacionamento do Campo d’Agonia, Armazéns Camarários da Praia Norte, Centro Escolar de Lanheses, Jardim de Infância da Meadela, Infraestrutura de saneamento nas bacias de Barroelas e Lanheses, etc., num ciclo de empreendimentos sem paralelo no município.

Breve referência à intervenção do Gabinete Florestal da Câmara Municipal no corte e limpeza das áreas ardidas e reflorestação – licenciamento e acompanhamento de 410 intervenções em 264 hectares em 33 freguesias, limpeza e reflorestação de 6 hectares no Monte de Santa Luzia.

Nesta última reunião do ano, deseja-se um Bom Natal e Ano Novo pleno de sucessos pessoais, profissionais e familiares a todos os membros da Assembleia Municipal.

Viana do Castelo, 22 de Dezembro de 2005



O Presidente da Câmara,



Câmara Municipal de Viana do Castelo

## Execução Orçamental Ano 2005

Período - 2005 / 01 / 02 a 2005 / 12 / 21

Unidade: €uro

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
38.432.810,90 €	38.407.917,36 €	73%	10.622.821,99 €

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22.12.2005

### PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

PROCESSO- 2746/03 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel António Martins Gonçalves  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos em edifício. Obra parque estacionamento Avenida dos Combatentes.  
ESTADO ACTUAL- Julgamento

---

PROCESSO- 1080/02 – 3º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Maria de Lurdes Parente Marques  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 Ver.Área Funcional P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 709/99 – 7º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- José Manuel Carvalho Costa Pereira  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Presidente Câmara  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

---

PROCESSO- 31/96 – 1º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- António Victor Gonçalves da Silva  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação 31/10/1995.  
ESTADO ACTUAL- Desceu à 1ª instância p/ novo julgamento

---

PROCESSO- 379/01 – 1º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- João António Fernandes Silva Dias e outros  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 13/02/2001. Concurso de pessoal  
ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente. Recurso TCA

---



Câmara Municipal de Viana do Castelo

*pm*

PROCESSO- 401/01 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Damião Rites  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e águas.  
ESTADO ACTUAL- Julgamento

---

PROCESSO- 777/01 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Glória Vaz Sousa e marido  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 Ver. Área Funcional P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

---

PROCESSO- 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife  
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e reivindicação.  
ESTADO ACTUAL- Julgamento

---

PROCESSO- 823/01 – 4º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, autarcas desde 1989 e funcionários municipais  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização.  
ESTADO ACTUAL- Suspensa instância. Condicionada à decisão do 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

---

PROCESSO- 395/97 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Agostinho de Jesus Parente Soares Ribeiro e Outro  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002. Concurso de pessoal  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

---

PROCESSO- 180/99 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Lurdes Rodrigues Vieira  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Obra Escola Primária S. Romão do Neiva  
ESTADO ACTUAL- Suspenso por óbito da autora

---



*Handwritten signature*

PROCESSO- 385/2000 – 4º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- David Manuel Borlido Lopes e Mulher  
REU/RECORRIDO- Outro e Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Defeitos de construção  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

---

PROCESSO- 461/99 e 512/99 – TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Gasilima - Distribuição de Gás Combustíveis e Lubrificantes Lda.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

---

PROCESSO- 1140/02 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Graziela Gonçalves de Carvalho Lima  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional Pessoal  
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão

---

PROCESSO- 3242/03 – 1º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- Francisco Esteves Laranjeira  
REU/RECORRIDO- Acórdão arbitral  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização expropriação construção Jardim Infância e Pavilhão Desportivo Meadela  
ESTADO ACTUAL- Decisão T.R. Guimarães. Recurso Improcedente

---

PROCESSO- 3408/03 – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- Graziela Barros Araújo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos causados em veículo obra saneamento  
ESTADO ACTUAL- Designada audiência preliminar

---

PROCESSO- 1067/03 – 3 Juízoº TAC Porto  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Marco Lúcio Ferreira dos Santos  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---



*Dm*

PROCESSO- 1112/01 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despachos Ver.Área Funcional PGU  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso STA

---

PROCESSO- 151/04 – TAF Braga  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Vasco Manuel Rocha Martins  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Concluído

---

PROCESSO- 401/2000 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- Parque Recreativo do Lima  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Demolição de edifício e reconstrução ringue patinagem  
ESTADO ACTUAL- Desceu à 1ª instância para novo julgamento.

---

PROCESSO- 1772/04 – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Confiminho – Indústria Textil Lda.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 420/04 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- José Domingos Patronilho Lobato Crespo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Recurso decisão arbitral expropriação Eixo Transversal Areosa  
ESTADO ACTUAL- Resposta ao recurso

---

PROCESSO- 1420/04 – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- António de Araújo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---



*DM*

PROCESSO- 761/04.8BEBRG – TAF Braga  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Anulação Acto Administrativo  
AUTOR/RECORRENTE- Fernando Alberto Santos Gomes e Outro  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional PGU  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 506/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum Sumarissima  
AUTOR/RECORRENTE- Vitor Jorge Dias Balinha  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação obras saneamento  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 3267/04.1TBVCT – 1º J.C.  
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- António Luis Costa P. M. Faria Araújo e Outros  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Declaração propriedade prédio, restituição e indemnização  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 21219/04.0TBVCT – 1º J.C.  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Júlia Santos  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Expropriação eixo transversal areosa – 2ª fase  
ESTADO ACTUAL- Recurso acordão árbitros

---

PROCESSO- 1326/04.0BEBRG – TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- José Mário Barbosa dos Santos  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho ordem demolição Vereador P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente.Aguarda trânsito em julgado

---

PROCESSO- 77/05.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Granimármore S.A.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho cessação actividade Vereador P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---



*du*

PROCESSO- 1044/04.9 BEBRG U.O.2 TAF Braga  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia – Transportes Colectivos Viana do Castelo Lda.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Colectivos Passageiros  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 484/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Horácio Joaquim Bacelar e Faria  
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Câmara processo disciplinar  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 1612/05. 1TBVCT – 4º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel da Rocha Lourenço  
REU/RECORRIDO- Acórdão arbitral  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização expropriação arruamento paralelo E.N.13 / Praia Norte.  
ESTADO ACTUAL- Resposta ao recurso

---

PROCESSO- 1059/04.7BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Isabel Ribeiro de Abreu Bacelar Cabido e Outros  
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho determinação Obras  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 3198/05. 8TBVCT – 1º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- António Ferreira de Miranda  
REU/RECORRIDO- Acórdão arbitral  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização expropriação passagem inferior Darque.  
ESTADO ACTUAL- Resposta ao recurso

---



*ju*

PROCESSO- 984/05.2BEBRG – TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Sociedade Vianense de Petróleos  
REU/RECORRIDO-Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia despacho desocupação via pública posto combustíveis Lanheses  
ESTADO ACTUAL- Providência cautelar procedente.

---

PROCESSO- 385/05.2BEPNF – TAF Penafiel U.O.  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Município Paços Ferreira  
REU/RECORRIDO- Ministério Ambiente Ordenamento Território Desenvolvimento Regional e outros  
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão atribuição fundos comunitários saneamento básico  
ESTADO ACTUAL- Desistência da instância. Concluído.

---

PROCESSO- 1110/05.3BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Antonino da Silva Antunes e Outros  
REU/RECORRIDO- Estado  
CONTRA-INTERESSADOS-Município de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim  
ESTADO ACTUAL- Oposição

---

PROCESSO- 1083/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos e Outros  
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;b)Suspensão eficácia declaração urgência expropriação Edifício Jardim;c)Suspensão eficácia Plano Pormenor Centro Histórico na parte implantação Edifício Jardim.  
ESTADO ACTUAL- Oposição

---

PROCESSO- 1134/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia-Transportes Colectivos de Viana Castelo Lda.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
CONTRA-INTERESSADOS-Transcunha-Transportes Rodoviários de Viana Lda.  
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia deliberação Concessão Serviço Público de Transportes Colectivos de Passageiros  
ESTADO ACTUAL- Oposição

---



Câmara Municipal de Viana do Castelo

PROCESSO- 1123/04.2BEBRG -- TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum-Forma Ordinária  
AUTOR/RECORRENTE- Transportadora Senhora Da Graça, Lda.  
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 1191/05.0BEBRG -- TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum-Forma Ordinária  
AUTOR/RECORRENTE- VianaBurger Restauração, Lda.  
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização despejo fracção sem licença de utilização  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

PROCESSO- 1157/05.0BEBRG -- TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Intimação Defesa Direitos, Liberdades e Garantias  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Jesus Faria Merrelho Martins  
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Encerramento carpintaria não licenciada  
ESTADO ACTUAL- Contestação

---

Viana do Castelo, 22 de Dezembro de 2005

O Chefe da Divisão Jurídica

Daniel Magalhães



## CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, CHEFE DE SECÇÃO DE ACTAS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:** - - - - -

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia sete de Dezembro corrente, consta a seguinte deliberação:-** - - - - -

- - - **(03) OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSB PARA 2006:-** Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2006, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:-

### **PLANO ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2006**

*Do Plano Plurianual de Investimentos, aprovado pela Assembleia Municipal para o quadriénio 2002/2005, muitos empreendimentos foram sucessivamente adiados por falta de financiamento, devido ao arrefecimento da actividade económica do país e às dificuldades orçamentais do Estado, que os Governos fizeram repercutir sobre os municípios.*

*O adiamento de decisões governamentais e a redução ou cancelamento de financiamentos programados e/ou contratados, impediram o lançamento de diversas obras e acções que, pela sua importância para o município e por estarem previstas desde a elaboração do Plano Estratégico de Viana do Castelo, são obrigatoriamente incluídas no Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2006/2009.*

*A articulação e o encadeamento das intervenções da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico, da VianaPolis, das Águas do Minho e Lima, da Resulima e, também, das intervenções desenvolvidas em parceria com investidores privados ou associativos, obedecem a uma estratégia bem definida para o desenvolvimento sustentável do município, alicerçado na valorização do seu rico património natural e construído e na qualificação dos recursos humanos, especialmente dos mais jovens.*

*A concertação com os agentes económicos, sociais, académicos, desportivos e culturais da comunidade vianense, bem como a frutuosa descentralização de competência e meios materiais e financeiros pelas Juntas de Freguesia, vão continuar a pautar a acção do executivo camarário na concretização das principais*



*opções estratégicas.*

*A requalificação e valorização do património, bem como a elevação dos padrões educativos e culturais da população, são as traves mestras de um projecto de modernização e inovação que, das escolas e dos serviços, se estende progressivamente à sociedade civil e em especial, ao movimento associativo empresarial e de solidariedade social.*

*Nas opções camarárias para o quadriénio 2006/2009, destaca-se o reforço da intervenção municipal na Acção Social e na Modernização Administrativa e Inovação.*

*Também se lança, desde já, o Programa das Comemorações dos 750 Anos do Foral, como objectivo mobilizador da Autarquia, das Escolas e das forças vivas do concelho para diversificadas acções de divulgação da História, do Património e das Tradições do município, indispensáveis factores de identidade e coesão social para enfrentar com sucesso os desafios da modernidade.*

## **GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

- *Fomento da Educação e Cultura*

### *PROGRAMA DOS 750 ANOS DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO*

- *Promoção do Desporto e de Hábitos de Vida Saudável*
- *Saúde e Acção Social*

### *CORPO MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO*

- *Qualificação Urbanística e do Meio Ambiente*
- *Desenvolvimento das Freguesias*
- *Dinamização Económica e Turística*
- *Modernização Administrativa e Inovação*

### **FOMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Sendo o primeiro município a disponibilizar serviços de cantina a todos os alunos das Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e dos Jardins de Infância, fornecendo mais de 800 mil refeições/ano, Viana do Castelo estendeu o Ensino Pré-Escolar a todas as freguesias e lidera, também, o ratio computador/aluno a nível nacional.



Esta aposta da Autarquia na melhoria das condições de aprendizagem das crianças traduz-se, também, na



rede de transportes escolares e na beneficiação e ampliação dos estabelecimentos escolares, bem como do respectivo apetrechamento, nomeadamente com material informático, acompanhando o esforço financeiro a realizar pelo município para usufruir das vantagens da modernização proporcionada pelo programa Valimar Digital.

Os projectos pedagógicos de iniciação à Natação, à Música, à Informática e à Educação Ambiental envolvem a maioria das crianças das escolas camarárias, enquanto o Ensino da língua Inglesa envolve a totalidade dos alunos dos 3º e 4º anos das escolas do 1º ciclo.

No Programa comemorativo dos 750 anos do Foral haverá especial atenção à comunidade escolar, incentivando-se a participação activa de docentes e alunos de todos os escalões etários.

Além dos edifícios em construção em Lanheses e na Meadela, do Centro Escolar e do Jardim de Infância respectivamente, são programadas as intervenções em Subportela, Mujães, Santa Marta de Portuzelo, Afife, Alvarães e Chafé

Na promoção e apoio das actividades culturais, as dificuldades económicas impõem contenção de despesas, mais nos eventos do que nas acções de formação, naturalmente.

Na criação de novas instalações culturais, no início do quadriénio avultam a Biblioteca Municipal e o Núcleo Arqueológico da Casa dos Nichos e, nos anos seguintes, o Arquivo Municipal e núcleos museológicos em várias freguesias, para além da requalificação dos Museus Municipal e do Traje.

O Programa das Comemorações dos 750 anos da atribuição do Foral por Afonso III, em 18 de Junho de 1258, embora envolva todas as actividades do município, vai integrar principalmente acções de índole cultural, nomeadamente edições, concursos, exposições, palestras, espectáculos, etc, cujo lançamento acontecerá no primeiro mês de 2005.

#### PROMOÇÃO DO DESPORTO E DE HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEL

O Desporto para todos, pela generalização do acesso à prática desportiva regular, é já uma aposta ganha pelo Gabinete de Cidade Saudável de Viana do Castelo, pelo impacto e desenvolvimento que teve no município nos últimos anos

A rede de espaços desportivos, pavilhões e piscinas tem aumentado progressivamente a oferta no município, estando programada a construção do Multiusos e de mais dois pavilhões e duas piscinas no quadriénio, além



da conclusão do Estádio Municipal Manuela Machado e das novas instalações dos desportos náuticos, da iniciativa da Autarquia ou em parceria com entidades associativas.

No apoio às actividades regulares seguir-se-á o mesmo critério atrás referido para as actividades culturais.

## SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL

### Corpo Municipal de Voluntariado

O significativo aumento do número de fogos das Urbanizações Municipais, bem como as crescentes responsabilidades da Autarquia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e noutras vertentes da acção social, exigem cada mais empenhamento humano e investimento financeiro da Câmara Municipal.

Estando já sob a tutela de uma Vereadora a tempo inteiro, a Acção Social vai ser reforçada em profissionais e, no âmbito do novo organigrama da Câmara, dotado de mais amplas competências e meios de intervenção.

As parcerias com as instituições de solidariedade social e a criação paulatina de um Corpo Municipal de Voluntariado, que mobilize e rentabilize a disponibilidade dos voluntários de todas as instituições, são as traves mestras do envolvimento da comunidade vianense num projecto de solidariedade mais alargado e eficiente.

## QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E DO MEIO AMBIENTE

As esperadas e sucessivamente adiadas intervenções do programa Polis em Viana do Castelo vão, finalmente, ser concretizadas até Junho de 2007, dando corpo à requalificação urbana e valorização ambiental programada para o Centro Histórico, para o Parque da Cidade e, na parte ainda financiada, ao Campo d'Agonia e Frente Ribeirinha da cidade.

Intervenções complementares, com recurso a outros financiamentos, vão desenvolver-se como a reabilitação do parque habitacional coordenado pelo Gabinete Técnico do Centro Histórico, a Praça da Liberdade, a Biblioteca, o Multiusos, o Posto de Turismo e infraestruturização de vários arruamentos nas áreas oriental e ocidental da cidade, completarão a qualificação proporcionada pelo Programa Polis na área urbana.

Em Darque, a aprovação e implementação do Plano de Pormenor são salientes objectivos do quadriénio para



a valorização da frente ribeirinha e do casco histórico daquela vila.

No planeamento, além de se esperar que as diversas entidades da administração central desenrassem a proposta de revisão do PDM, estão previstos planos de urbanização para os principais núcleos urbanos, com prioridade para Barrocelas e Lanheses.

Para a valorização do Meio Ambiente muito vai contribuir a instalação da rede de águas residuais e respectivo tratamento e drenagem que, em parceria da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Águas do Minho e Lima, vai ter o maior impulso no próximo quadriénio.

Também o abastecimento de Água, com a nova captação na albufeira de S.Jorge/Touvedo e a remodelação e ampliação da rede de distribuição, vai melhorar qualitativa e, em especial, quantitativamente neste período.

Quanto à recolha e depósito dos resíduos sólidos urbanos, no próximo quadriénio será preparada a transferência do Aterro Sanitário para Barcelos, dando cumprimento ao acordado entre os municípios que integram a Resulima.

Neste período, além de continuar a estratégia de valorização das praias atlânticas, vai ser reforçada a aposta nas praias fluviais, envolvendo o Conselho de Bacia do Lima e o Ministério do Ambiente na sua preservação e qualificação.

As florestas que, desde há mais de dez anos, recebem especial atenção da Autarquia, exigem maior concertação de esforços entre as administrações local e central, para aproveitar os ensinamentos dos catastróficos incêndios do Verão passado.

O Gabinete Florestal Municipal, em profunda articulação com o da Valimar e os Serviços Florestais, desenvolverá as acções previstas no Plano de Defesa da Floresta.

Os novos pontos de água, os caminhos rurais e florestais, as brigadas de sapadores florestais, a vigilância motorizada, etc, continuarão a realizar-se de acordo com os financiamentos proporcionados pelo Estado.

A reflorestação e, principalmente, a reconversão florestal deverá acompanhar as directivas e os financiamentos das entidades com âmbito geográfico mais alargado - regional ou nacional.

## DESENVOLVIMENTO DAS FREGUESIAS

A qualificação dos centros cívicos das freguesias, a beneficiação da rede viária rural e vicinal, o



alargamento e beneficiação dos cemitérios, a ampliação e modernização da sedes das Juntas, vão continuar a ser frutuoso resultados da parceria com os autarcas mais próximos das populações, apoiados pela política de descentralização de competências e de meios materiais e financeiros prosseguida pela Câmara Municipal há doze anos.

Serão protocolados apoios específicos para outros trabalhos a realizar pelas Juntas de Freguesia, no âmbito da manutenção de espaços verdes, limpeza de bermas das estradas municipais e das praias marítimas e fluviais, etc.

Apesar das dificuldades vigentes, as verbas a transferir mensalmente pela Câmara Municipal, para financiar melhoramentos de iniciativa das próprias Juntas de Freguesia, vão aumentar 10% em relação a 2005, sendo que 20% do total se destinam à aquisição de inertes, para ultrapassar as dificuldades dos serviços camarários nas transferências em espécie (areia, cimento, blocos, cubos, etc).

### DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA E TURÍSTICA

Num período de depressão económica e aumento do desemprego como o actual, o concelho de Viana do Castelo tem mantido razoáveis índices de empregabilidade e de estabilidade das empresas comerciais, industriais e de serviços, principalmente se comparados com outros concelhos bem próximos.

Tendo-se conseguido atrair para Viana do Castelo a indústria de componentes de transformadores de energia eólica, desenvolvem-se esforços para que nos terrenos na margem direita da foz do Lima e, também, na Zona Industrial de Lanheses se instalem outras fábricas do "cluster eólico", actividade industrial com auspicioso futuro.

O crescente empreendedorismo da classe empresarial vianense e das suas associações representativas, bem como dos empresários atraídos pela qualidade de vida da cidade e do município, pela melhoria das acessibilidades e pelas condições de localização empresarial, começam a reflectir-se beneficentemente na actividade económica do concelho e da região.

Logo que seja aprovado o PDM arrancará o processo de infraestruturização do Parque Empresarial de Barroelas, criando melhores condições de instalação e desenvolvimento para as indústrias instaladas no Vale do Neiva.

A promoção do turismo de proximidade, atraindo visitantes da euroregião Norte de Portugal/Galiza e da



Área Metropolitana de Lisboa, tem já reflexos positivos na ocupação hoteleira e na actividade de similares de hotelaria e comércio de Viana do Castelo, promoção que começa já a ser feita pela própria actividade empresarial (Flor de Sal, Viana Cais, Pousada Sta Luzia, Estação Viana, etc).

A promoção do vale do Lima e da costa litoral norte, em conjunto com os municípios da Valimar, vai ter desenvolvimentos significativos no quadriénio 2006/2009.

### MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INOVAÇÃO

A área funcional da modernização administrativa, na sequência do processo de certificação em curso nalguns serviços municipais e municipalizados e, também, da oportunidade conquistada com a aprovação do programa Valimar Digital, assume importância capital na gestão municipal desde quadriénio.

As tecnologias da informação e comunicação, para que já se deu um passo singular com a fibra óptica instalada na zona urbana em parceria com o Instituto Politécnico, vão alterar completamente o trânsito das informações e o processo de decisão dentro dos serviços municipais e municipalizados e, principalmente, a comunicação com o munícipe, em termos de rapidez e clareza.

A reorganização dos serviços em curso e o novo Organigrama deverão ter, naturalmente, em conta a exploração de todas as potencialidades da instalação destes meios tecnológicos e da indispensável formação dos recursos humanos, bem como o alargamento das competências e a diversidade de instalações e equipamentos geridos pela Câmara Municipal.

### PRESSUPOSTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Para a execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, a Câmara Municipal submete à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal os seguintes pressupostos:

- Autorização para realizar despesas com contratos de empreitada, aquisição de bens e serviços e locação financeira, que originem encargos para além de 2006 e nos quais, por consequência os pagamentos venham a ser feitos também em 2007 e anos seguintes;
- Autorização para contracção de empréstimo a curto prazo, de acordo com o nº 1 do artigo 24º, da Lei nº 42/98 de 6 de Agosto, durante o período de vigência do orçamento, para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria que possam surgir na gestão municipal."

Feita a apresentação dos respectivos documentos, todos os vereadores da Oposição intervieram



no sentido de manifestarem as suas posições relativamente às Opções do Plano bem como a sua discordância relativamente à estratégia municipal em matéria de investimentos e política financeira. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 3 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 53º, número 2, alínea b), e do artigo 64º, número 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Flora Passos Silva, Vítor Lemos, Luís Nobre e Ana Margarida Silva e os votos contra dos Vereadores António Martins, Mário Guimarães e Augusto Patrício Rocha. Por último, foi apresentada a declaração de voto que seguidamente se transcreve:-

"DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD - Os vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo, eleitos na LISTA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD), votam contra a proposta do Presidente da Câmara relativa PLANO ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2006, essencialmente, por duas razões: **1. Políticas.** Este nunca seria o nosso orçamento. Sendo certo que, o executivo ganhou as eleições e tem legitimidade para fazer as suas opções, a verdade é que a nossa opção seria distinta e assentaria fundamentalmente na revitalização do centro histórico; dar vida ao centro histórico com política activa para trazer pessoas a viver no interior desta zona. **2. Técnicas.** Porque não tendo os elementos da execução até ao final de ano, toda a nossa análise se baseia nos valores da conta de gerência de 2004. Ora, facilmente se chega à conclusão que as receitas e despesas de capital estão sobreavaliadas e que a sua execução ao longo do ano irá, isso mesmo, demonstrar. Por outro lado, somos claramente a favor de um corte efectivo na despesa corrente e que neste orçamento não se deslumbra, bem como duma verdadeira transferência de competências para as juntas de freguesia, acompanhada do respectivo envelope financeiro. (a) Carvalho Martins; (a) Mário Guimarães; (a) Augusto Patrício Rocha." . - - - - -

- - - **Está conforme o original.** - - - - -  
- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** - - - - -  
- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e dois de Dezembro do ano dois mil e cinco.** - - - - -



## SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22.12.2005

### OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSB PARA 2006

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia; Senhor Presidente da Câmara; Senhores Vereadores; Senhores Deputados Municipais; Minhas Senhoras e meus Senhores:

Terminado que foi um ciclo autárquico, aplaudido de uma forma clara, pela esmagadora maioria dos Vianenses nas últimas eleições autárquicas, encontramos-nos a iniciar um novo quadriénio e cabe-nos, neste momento, apreciar e votar as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados para o ano de 2006.

Como já tivemos oportunidade de verificar nos documentos que nos foram distribuídos, fazem parte deste Plano obras e acções que foram já anteriormente aprovadas por esta Assembleia mas que motivos de vária ordem impediram a sua concretização.

Essas obras, umas já em curso outras a ser lançadas, irão ser o corolário de uma série de investimentos que Viana do Castelo e o seu Concelho necessitavam para a infra-estruturação de um patamar de desenvolvimento que permita passar a apostar também em outros objectivos que fazem parte do desenvolvimento sustentável que esta Câmara persegue para todo o Município.

Com a conclusão do programa Polis e a reabilitação do parque habitacional de Centro Histórico da cidade; com o nível já atingido no que concerne ao parque escolar, desde pré primárias, escolas com cantinas, equipamento informático e rede de transportes escolares; com os investimentos que se têm efectuado nas 40 freguesias: na beneficiação da rede viária, nas infra-estruturas de água e saneamento, na valorização urbanística, nas casas de habitação social, nos equipamentos desportivos; verifica-se neste Plano de Actividades que a Qualidade de Vida, o Ambiente, as Vias de Comunicação e Transportes, a Educação e Cultura, o Desporto e Tempos Livres, são

já as novas apostas do Executivo e, por isso, as rubricas do orçamento com verbas previstas mais elevadas.

O reforço na área da Acção Social bem como a Modernização Administrativa e a Inovação merecem também destaque, denotando também aqui uma preocupação com a qualidade de vida das pessoas, com a qualificação dos recursos humanos e com a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública.

Ainda que a maior aposta seja nestas áreas, não irão ficar descurados os investimentos em mais infra-estruturas nas redes de água e de saneamento básico, equipamentos desportivos, escolas, em mais meios e competências para as Juntas de Freguesia, em parques empresariais ou em Planos Pormenor e de Urbanização.

Podemos pois concluir que o caminho que tem sido trilhado por esta Câmara Socialista, tem obedecido a uma estratégia de desenvolvimento desde início delineada e que, contra ventos e marés, tem seguido no rumo certo ou seja no rumo do progresso, da qualidade de vida de todos os Vianenses e no desenvolvimento sustentável do Concelho.

Sendo este Plano e Orçamento parte integrante dessa estratégia, não podíamos deixar de o votar favoravelmente.

Obrigado.

*Luís Palma*

**INTERVENÇÃO DO PSD**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO**

**CASTELO**

**PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO**

IVONE ROCHA

Exmo. Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal e respectivos membros

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Exmos. Senhores Deputados Municipais, meus ilustres colegas

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Encontrar um plano de actividades oco de ideias, cheio de banalidades, esvaziado de conteúdo e sem rumo, pensava eu, talvez na minha ingenuidade política, que não era tarefa possível.

Um plano assim seria uma caricatura, algo do imaginário, digno de um filme de Woody Allen, com o devido respeito para o realizador.

Mas, afinal tal plano existe, está aqui.

O plano de actividades que temos hoje para discutir consegue a proeza de preencher todos estes requisitos.

Isto não é uma conjectura, é um facto e contra factos, diz a sabedoria popular, não há argumentos.

O que espelha este plano é um município fechado, hermenêutico, vergado ao gosto pessoal do Sr Presidente da Câmara. Feito por medida, à medida dos interesses que á sua volta gravitam. Este plano não apresenta qualquer tipo de valor acrescentado, esta vazio de novidades.

Citem-me pff alguma frase deste plano que constitua uma novidade.

A uma câmara que inicia um mandato pede-se entusiasmo, sentido de inovação, escolhas mobilizadoras. Que tenha uma atitude, aberta e global, de dialogo, demonstrativa de uma saudável convivência democrática.

Este plano espelha exactamente o contrário.

Tudo são considerandos vagos, análises estéreis.

Em vez de sonhos constatações.

Em vez de metas generalidades.

De tal modo que a sua parte afirmativa esta recheada de expressões como “ coordenar”, “ desenvolver”, “ melhorar”, “ aprofundar”...

Nada de novo.

Banalidades inócuas de sentido

Afirmações que certamente merecem a generalizada aceitação, porquanto o oposto era impossível.

Certamente está para nascer o município que estabelecesse como objectivos descoordenar, piorar, dificultar e desinvestir.

Sendo certo que não tenho duvidas que tais propósitos estão em maior conformidade com a forma de agir deste município.

**Onde está a assunção de compromissos claros, calendarizados, qualificados e rigorosamente quantificados?**

A redacção deste plano indicia, de forma clara que a verdadeira intenção do município é furtar-se ao escrutínio rigoroso da opinião pública e dos partidos da oposição.

Escondendo-se, para tal, atrás de formulas vagas, de meras declarações de intenções.

Não me conformo com generalidades;

Não me conformo com isolamento;

Não me conformo com perdas;

Não me conformo com falta de dimensão;

Não me conformo com anestesia cívica;

Não me conformo com um estatuto de periferia;

Não me conformo com um porto de mar relegado a fazer o que os outros não querem;

Não me conformo com fatalismos;

Não me conformo com uma cidade arrastada pelas iniciativas dos outros;

Quero uma cidade confiante, capaz de desempenhar um papel liderante que transcenda a sua dimensão geográfica, demográfica ou económica.

Para isso é necessário uma linha estratégica.

Uma linha que crie consensos, que mobilize.

Um plano de actividades capaz de ver na sociedade vianense o motor e a dinâmica do desenvolvimento.

Para isso defendo um plano diferente.

Por isso rejeito este plano, fechado sobre si próprio. Sem interesse. Quem, para além de todos nós obrigados a isso, lê com interesse este documento?

Qual o cidadão que se pode interessar por ele?

Alguém sabe retirar deste plano uma ideia para Viana do Castelo?

Nada é concretizado.

Este plano tem um ponto dedicado a **cultura** que fala de dificuldades económicas que obrigam à contenção de despesas para apoio a actividades culturais ao mesmo tempo que se diz que as actividades do município passam cite-se por “edições, concursos, exposições, palestras, espectáculos, etc”. Ou seja apoiar quem tem iniciativa não interessa, há pouco dinheiro, o importante é ser o próprio município a organizar,”controlar”, o quê e com que critérios, ninguém sabe.

Em matéria de cultura mais do que o dinheiro contam as atitudes, o respeito pelas instituições. Há alguma justificação para que um Município vire as costas as comemorações dos 150 anos do **Jornal Aurora do Lima**. A publicação mais antiga de Portugal, por onde passaram nomes tais como Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, António Feijó... Que é um elo de comunicação entre os diversos vianenses que por questões profissionais, e perante a incapacidade da cidade os fixar, foram obrigados a viver para outros locais.

Estou convicta que não foi por ser algo que o Município não controla, estou convicta que não foi um acto de retaliação por alguma notícia menos agradável.

Mas sinceramente gostava de uma explicação objectiva.

Em cultura não se pode falar de intenções tem que se ter uma atitude culturalmente incentivadora, diversificada e qualificada.

Em matéria de **acção social** e saúde, em vez de se transferirem verbas para quem precisa, nomeia-se uma vereadora, a tempo inteiro, e reforça-se a equipa de profissionais.

Não é este o caminho.

Em matéria de **qualificação urbana e meio ambiente**, tudo se resume, praticamente a Polis, insistindo em ignorar a sua insuficiência. Sem qualquer preocupação de convergência de interesses dos vários intervenientes e interessados. Sem contextualização.

Já o disse e repito programas como a Polis e o URBCOM são importantes mas carecem de integração. É necessário olhar para citando Carlos Balsas a matriz dos “4 As”: **Acessibilidades, Acção, Atracção e Animação.**

Isto para não falar do multiusos, a única obra premiada de todas as encomendadas no âmbito da Polis, que ninguém sabe onde vai ser construída, se vai ser construída e quem a vai pagar.

Isto para não falar do PDM porque desde a primeira campanha eleitoral do PS, encabeçado pelo Dr Defensor Moura, que todos ouvimos dizer que vai ser alterado.

Mas não posso deixar de referir os incêndios e a sua protecção. Perante uma catástrofe recentemente vivida no Verão passado dizer apenas que é necessário concertar esforços e aprofundar articulações entre gabinetes e serviços, é, no mínimo insultuoso para quem viu as suas casas ameaçadas pelo fogo, os seus terrenos queimados...

Porque não se segue o exemplo de outros municípios e o de Viana do Castelo, juntamente com todos os municípios dos dois vales, não fazem um programa de aluguer de um helicóptero para a época de incêndios, para vigiar e combater de forma rápida os incêndios no distrito e apoiar os hospitais.

Efectivamente a **Valimar** não tem dimensão mas de certo que se souber ultrapassar fronteiras a dimensão é encontrada. Este, Senhor Presidente, é seguramente um dos motivos porque é urgente unir as duas associações.

Falar em **desenvolvimento das freguesias** e atribuir-lhes 15% das despesas correntes da Administração Municipal, o que distribuído por todas dá uma migalha de 0.37%, dispensa qualquer comentário. E não nos tape os olhos dizendo que está a aumentar a verba em 10%. Destes 10% convém retirar a inclusão, que não acontecia anteriormente, dos custos de material directamente fornecido pelo Município o que acrescido da taxa de inflação, digam, esclareçam o que verdadeiramente aumenta.

Promoção do desporto fala o plano, mas nada diz sobre qual a aposta. Multiusos, pavilhões, piscinas, desportos náuticos, parcerias com entidades associativas. Com excepção da conclusão do Estádio Manuela Machada, não ficamos a saber que desporto, que associações, que parcerias.

Um cheque em branco? Para quê? Com que intenção?

Certamente que não será para o Município distribuir verbas e celebrar parcerias com quem lhe for politicamente afecto.

Certamente que não será para se poderem alimentar “clientelismos”.

Certamente haverá um critério objectivo, claro, transparente, gerador de obrigações para ambas as partes.

Mas é necessário escrevê-lo, para que todos nos possamos entender porque é que Viana do Castelo tem um campeão de Kite Surf que nem um incentivo da Câmara recebeu, porque é que se realizam concursos de pesca desportiva e a única participação do Município é comparecer no jantar, porque é que Viana que já foi a capital do surf deixou de ser, porque é que as regatas que passam na nossa costa não param em Viana....

#### Dinamização económica e turística

Começo desde já por dizer que não sei o que são “razoáveis índices de empregabilidade”, os números são números e devem estar disponíveis, razoabilidade é um conceito vago.

O cluster eólico é importante, muito importante, mas qual foi o papel da autarquia na sua fixação?

Onde está a atractividade da cidade? Que vantagens tem quem quer investir em Viana do Castelo? Pagar derrama, taxas de IMI no limite máximo, apoio logístico? Licenciado algo em Viana é um acto “Kafkiano”.

Finalmente falar em reorganizar os serviços municipais ao fim de oito anos no poder, é caso para perguntar o que estiveram a fazer até agora.

Nós queremos mais.

Queremos uma cidade de iniciativa, confiante em si própria, que acredita na realização de um futuro melhor, assente na capacidade empreendedora de todos os cidadãos.

“ Só há futuro com empreendedores

Só há desenvolvimento com empreendedores

Só há inovação com empreendedores”

Só há uma via para tudo isto, UMA CAMARA EMPREENDEDORA

Há que ter sentido do futuro e lutar contra a resignação do presente.

Há que saber articular medidas fiscais, financeiras, desburocráticas e apoiar, claramente, o investimento.

O objectivo é simples tornar Viana do Castelo uma cidade Competitiva.

**O que se impõe** é actuar com conhecimento da realidade e não com universalidade de facto;

**O que se impõe** é articular de forma inteligente os mecanismos de apoio;

**O que se impõe** é criar um ambiente fiscal favorável;

**O que se impõe** é reduzir a despesa corrente, otimizar os recursos e acabar com a derrama.

Note-se que, se em vez de encomendar pareceres, estudos, projectos e consultadoria se utilizassem os próprios técnicos da câmara, o município pouparia 122.500 € o que acrescido dos custos da Valimar que são de 165.000€, em virtude da sua reduzida dimensão que leva ao desperdício de recursos administrativos, permitia, por si só, uma redução da derrama em 18%.

**O que se impõe** é criar contratos programa com diversas associações cívicas, culturais e desportivas, sem discriminação, otimizando a sua vocação mas também obrigando-as a apresentar contas das actividades que prestam. Premiando as competentes e penalizando as inertes.

**O que se impõe** é tornar mais rápido e expedito os licenciamentos comerciais com a criação de um gabinete único, um processo bem organizado e transparente. Que seja fácil ao cidadão perceber os critérios.

**O que se impõe** é lançar entre as freguesias um concurso de ideias, de forma a que se premeiem as competentes e não as que apenas dizem que sim ao município. Isto sim seria transparência.

**O que se impõe** é lançar um prémio para o jovem empreendedor do ano, de forma a incentivar a fixação de jovens e criar riqueza.

**O que se impõe** é promover em todas as escolas concursos de ideias de empresas.

**O que se impõe** é potenciar o aproveitamento dos recursos náuticos, no cumprimento das regras ambientais e da tradicional ligação de Viana do Castelo ao mar, quer pelo aproveitamento dos recursos directos, pesca e piscicultura, como ao desporto, turismo, construção e reparação naval.

**O que se impõe** é melhorar os acessos as praias, por via pedestre e automóvel, dota-las de instalações sanitárias com tratamento de águas residuais.

**O que se impõe** é combater a sazonalidade, captar novos fluxos turísticos criando infraestruturas e apostar de uma forma séria e reiterada nas actividades lúdicas e desportivas, cruzeiros, náutica de recreio, vela, remo, canoagem, mergulho, pesca desportiva, surf, windsurf, kite surf, caça submarina...

É disto que os vianenses precisam, foi isto que defendemos, é por isto que lutamos.

Em suma:

**Redução da despesa corrente, menos encargos administrativos, não aumento do número de vereadores, clareza de objectivos, calendarização de compromissos e transparência.**

**Apostar na competitividade, no crescimento para que os vianenses aceitem que vale a pena acreditar no futuro.**

**Daí a nossa discordância em relação a este documento.**

Em democracia tanto se serve a cidade de Viana do Castelo no Executivo Municipal como na oposição.

Pela nossa parte cumprimos as nossas responsabilidades.

Os vianenses mandataram-nos para exercermos uma oposição firme, séria, permanente e coerente.

**O n/ espírito de oposição, a nossa cultura de oposição é esta, uma oposição clara, corajosa, frontal e firme, sempre a bem dos VIANENSES.**

Ivone Rocha

## **Assembleia Municipal – Sessão ordinária**

**22 Dezembro 2005**

### **Opções do plano e orçamento da Câmara Municipal e dos serviços municipalizados saneamento básico para 2006**

Porque nas últimas eleições autárquicas nos comprometemos com os cidadãos de Viana do Castelo a ser uma voz empenhada e aberta na construção de um concelho com qualidade de vida, fazendo do diálogo o instrumento privilegiado dessa intervenção, pugnando pela defesa de uma gestão democrática e participada, apresentando propostas para a resolução de problemas existentes, entendemos oportuna que, esta primeira intervenção assuma um carácter construtivo de análise e propostas para o executivo camarário.

E começaria por dizer que, à semelhança de anos anteriores, o executivo de maioria absoluta do PS, assumindo o papel de vítima, volta a referir que “muitos empreendimentos foram sucessivamente adiados por falta de financiamento, devido ao arrefecimento da actividade económica do país e às dificuldades orçamentais do Estado, que os governos fizeram repercutir sobre os municípios”. Todos nós aqui presentes estamos bem cientes destas limitações, mas não podemos fechar os olhos ao que os sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm praticado e legislado ao longo destes 30 anos de Poder Local, nomeadamente em relação à queda do preceito constitucional que consagra a regionalização e ao logro que constituem as comunidades urbanas, apresentando como descentralizadoras soluções que não ultrapassam os limites de fórmulas de associações de municípios, que vêm subverter toda a lógica do ordenamento do território, criando soluções incoerentes, ditadas pelas mais variadas motivações, que normalmente conduzem a soluções que enfraquecem a coesão de uma região (nomeadamente de Viana do Castelo), e ainda por cima, sem os meios e poderes efectivos para assumir a condução de verdadeiras políticas regionais.

Não podemos também fechar os olhos ao roubo às autarquias que foi aprovado no último orçamento de estado e aos sucessivos contratos do PIDEA aprovados por estes governos para a região de Viana.

À semelhança de anos anteriores, o plano de actividades e orçamento hoje aqui em discussão, mais uma vez, volta a não explicitar, de forma legível e rigorosa os objectivos a atingir e as estratégias a desenvolver.

Em muitos casos chega ao ponto de, e como será demonstrado pela outra intervenção do meu agrupamento, as afirmações e justificações do plano estarem em contradição com o orçamento ou com as práticas regulares de actividade do executivo.

Afirma-se “como frutuosa a descentralização de competências e meios materiais e financeiros para as Juntas de Freguesia” mas, para quando?, e muitas vezes temos solicitado, para quando a apresentação da listagem do montante a transferir e das obras a realizar em cada uma das 40 freguesias? A análise seria mais séria e proveitosa.

Afirma-se que “ a concertação com os agentes económicos, sociais, académicos, desportivos e culturais da comunidade vianense vão continuar a pautar a acção do executivo camarário na concretização das principais opções estratégicas” mas, para quando o reforço dos aspectos relacionados com a participação popular, enquanto factor de aprofundamento do carácter democrático do Poder Local? Para quando, e contrariando a tendência legislativa que afasta as populações da vida autárquica, o verdadeiro incentivo à gestão participada da população e dos seus agentes na definição das prioridades do concelho de Viana do castelo? Para quando, e à semelhança de municípios com Serpa, Vendas Novas, Évora, o contacto directo com os munícipes, ouvindo as suas necessidades e opiniões, definindo o que é prioritário, possibilitando a correcção de eventuais erros e tornando mais fácil melhorar o serviço prestado?

Afirma-se que “ a requalificação e valorização do património, bem como a elevação dos padrões educativos e culturais da população, são as traves mestras de um projecto de modernização e inovação que, das escolas e dos serviços, se estende à sociedade civil, ao movimento empresarial e de solidariedade social” e, nesta grande opção deixamos algumas considerações e sugestões para discussão: para quando a elaboração da Carta Escolar concelhia; para quando o levantamento e registo em diversos suportes (fotografia, slides, filmes) do património natural e construído do concelho para ser colocado ao serviço dos professores e alunos, para quando a criação do Conselho Municipal de Cultura, para quando a execução das obras no ex-orfanato, com entrega dos novos espaços às associações culturais e desportivas que estiveram sedeadas no ex BC9, para quando a instalação do Conselho Municipal de Desporto, possibilitando assim estudar e fundamentar concepções, eliminando a visão espontânea e casual das acções a desenvolver, dotando assim o município de um instrumento de planeamento para a actividades

desportiva, por forma a corresponder a uma intervenção coerente e consequente, no que diz respeito ao planeamento de novos equipamentos desportivos que esta autarquia refere no plano de actividades, nomeadamente duas novas piscinas, dois pavilhões, conclusão do estádio Municipal Manuela machado e novas instalações para desportos náuticos.

E relativamente à saúde? Para quando a exigência da construção dos dois centros de saúde previstos para a cidade?

Afirma-se no plano que "as intervenções do programa Polis em Viana do Castelo vão, finalmente ser concretizadas até Junho de 2007", mas não vislumbramos uma única referência ao problema e resolução do actual mercado, ex edificio da EPAC, facto que nos enche de preocupação.

Em relação ao ambiente, para quando uma efectiva protecção do património do rio Lima, para quando o envolvimento do Conselho de Bacia do Rio Lima na promoção de um estudo de avaliação ambiental do rio e suas margens?

Certos que estas são algumas das preocupações dos nossos cidadãos, expressamos aqui a nossa preocupação em relação a este plano de actividades e orçamento.

Viana do Castelo, 22 de Dezembro 2005

O Agrupamento político da CDU



Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmºs Senhores Deputados

Exmº Senhor Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

\* É LAMENTÁVELMENTE NESTA ASSEMBLEIA,  
ADEVAS SÃO CONCESSOS 3 MINUTOS PARA  
DISCUTIR ESTE ASSUNTO DE TANTO IMPORTÂ  
ESTAMOS PERANTE UMA GRAVE VIOLAÇÃO  
DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E UMA  
DEVALUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA  
PROPORCIONALIDADE.

A política autárquica do Bloco de Esquerda defende a necessidade de aprofundar a democracia representativa.

A democracia e a participação não podem esgotar-se no acto do voto.

É urgente e necessário que se produzam alterações legislativas e de método que dêem mais poderes às Assembleias Municipais e maior participação dos munícipes.

Não podemos aceitar que os deputados municipais, na sessão de aprovação do Orçamento e Plano de Actividades, vejam limitados os seus poderes à concordância ou rejeição destes instrumentos de gestão autárquica, sem que tenham tido a oportunidade de se pronunciar previamente sobre as opções do município. \*

Defendemos a participação cívica dos munícipes na elaboração dos orçamentos, valorizando o contributo das populações sobre as suas necessidades e prioridades, através do instrumento de democracia participativa, como é o orçamento participativo.

Esta é uma grande diferença com o modelo vigente.

O modelo em vigor concentra-se sobre si próprio, circunscrito aos vereadores e técnicos da Câmara, não apelando nem mobilizando a intervenção dos agentes sociais, económicos, académicos, enfim, de toda a comunidade local.

O orçamento participativo, por seu lado, impõe a participação dos cidadãos da definição das prioridades das políticas autárquicas.

Esta diferença de método na elaboração do orçamento e das grandes opções do plano, permitirá uma decisão mais ponderada, mais próxima das reais necessidades das populações, aprofunda e dá mais qualidade à democracia.

Entendemos ser este o momento de recomendar desde já à Câmara Municipal que na preparação do orçamento para o ano de 2007, sem prejuízo das opções por si propostas para o



Agrupamento Político da  
Assembleia Municipal de  
Viana do Castelo

quadriénio de 2006/2009, tome medidas no sentido de permitir que parte do orçamento seja elaborada através da participação dos cidadãos.

Propomos que as áreas abrangidas pelo orçamento participativo incluam: cultura, infraestruturas de desporto e lazer e assistência social.

Considerando a importância que a Câmara Municipal atribui ao sector da assistência social, designadamente ao afectar um vereador a tempo inteiro, pensamos que este sector deveria ser pioneiro neste tipo de gestão, envolvendo a participação dos cidadãos e todas as instituições de solidariedade social na definição das prioridades e verbas a despende.

Por isso, o Agrupamento Político do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Viana do Castelo apresenta, nos termos da lei e do regimento, a seguinte proposta de recomendação:

Considerando que as novas experiências que já começaram a ser desenvolvidas em várias autarquias do nosso país, de recolher as opiniões das populações interessadas em participar na construção das alternativas orçamentais e das grandes orientações estratégicas no plano de actividades;

Considerando que uma das conclusões de todos os debates sobre a elevada abstenção nos actos eleitorais, unanimemente aceite, é a necessidade de incentivar a participação dos cidadãos na gestão da sua urbe, não a resumindo exclusivamente ao acto do voto eleitoral;

Considerando a necessidade de maior descentralização em todo o processo de elaboração do plano e do orçamento;

~~A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, na sua reunião ordinária de 22 de Dezembro de 2005 decide recomendar~~ à Câmara Municipal de Viana do Castelo que na preparação e discussão do Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2007:

- 1.- Se inicie a prática de elaboração de um Orçamento Participativo;
- 2.- Instituir, para isso, um processo de debates temáticos, onde poderão participar associações não governamentais do concelho e todos os cidadãos e cidadãs interessados em contribuir com as suas opiniões para a resolução dos problemas de Viana do Castelo. Estes encontros deverão produzir sínteses propositivas que o executivo municipal deverá ter em conta na revisão e versão final do Orçamento e do Plano de Actividades.



Agrupamento Político da  
Assembleia Municipal de  
Viana do Castelo

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmºs Senhores Deputados Municipais

Exmºs Senhor Presidente e vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Não podemos deixar de lamentar que a Câmara Municipal não tenha respeitado o direito de oposição que legalmente é conferido a todos os agrupamentos políticos que, representados na Assembleia Municipal, não têm assento no executivo autárquico.

A Câmara Municipal, nos termos da Lei nº 24/99, tinha o dever de ouvir o Bloco de Esquerda e os restantes partidos da oposição sobre as propostas de orçamento e planos de actividade antes da sua aprovação em reunião do executivo.

Este dever de audiência prévia, apesar de imposto por lei, deveria até ser cumprido por iniciativa da própria Câmara Municipal, se esta estivesse interessada na colaboração das restantes forças políticas. É que, Senhor Presidente, não deve ter medo da colaboração das outras forças políticas. Penso que todos que aqui estamos estão interessados no progresso do concelho de Viana do Castelo e todos devíamos ser ouvidos na elaboração do Orçamento e do Plano de Actividades.

Por isso não podemos deixar de fazer aqui este reparo e recomendar à Câmara Municipal que na elaboração do Orçamento de 2007 cumpra com o dever de audiência prévia aos partidos que não estão representados no executivo municipal.

Em relação ao Plano de Actividades e Orçamento não podemos deixar de fazer alguns comentários, que condicionam o nosso sentido de voto.

Numa perspectiva global, aceitamos que o Plano de Actividades e o Orçamento privilegiam sectores que, na nossa óptica, são essenciais para a qualidade de vida dos habitantes do concelho, designadamente a continuação das apostas na Educação, Cultura, Desporto, Ambiente e Qualidade de Vida.

Não podemos, no entanto, deixar de lamentar que comparativamente às Grandes Opções do quadriénio de 2002/2005 se assista à diminuição das verbas destinadas à Cultura, Desporto e Tempos Livres e que, já no ano de 2006, se assista a uma redução dos apoios ao associativismo desportivo.

Também nos parece ilógico que sendo o sector da saúde e acção social uma das apostas fortes deste Executivo, haja também uma previsão de diminuição de verbas destinadas a esse sector. Entendemos que o desenvolvimento das freguesias não se pode resumir aos itens referidos na página 5 do Plano de Actividades.

O desenvolvimento das freguesias passa também pela qualidade dos respectivos autarcas, pela sua formação e na correcção dos métodos utilizados na definição das políticas locais.

Como já lhe dissemos durante a campanha eleitoral, entendemos que é importante a criação de um gabinete de apoio aos autarcas das freguesias, composto por um jurista, um administrativo e um técnico.

Com todo o respeito pelo labor por elas desenvolvido, temos a noção que muitas das decisões das Juntas estão inquinadas de vícios que, muitas vezes, conduzem à nulidade dessas decisões.

Por outro lado, seria sempre importante o aconselhamento técnico na tomada de decisões sobre as obras a realizar, a forma de as realizar ou mesmo a obtenção de financiamentos.

Talvez assim se pudesse poupar alguns milhares de euros. *do orçamento administrativo*

Gostariamos ainda que nos explicasse como é possível dizer que existe um aumento de transferências de verbas para as freguesias quando, ao mesmo tempo, lhe imputa em percentagem superior uma despesa que elas nunca suportaram. Chama-se a isto dar com uma mão e tirar com a outra...

Também em relação às freguesias, entendemos que é necessário alterar as formas de relacionamento entre as Juntas e a Câmara Municipal.

Defendemos que a realização de obras ou outras actividades por parte das Juntas de Freguesia não pode ser feita de forma casuística e ao sabor, muitas vezes, das vontades de alguns.

Tal como já o dissemos em anterior Assembleia Municipal, defendemos que as Juntas deverão apresentar previamente à elaboração do Orçamento Municipal uma candidatura devidamente organizada e discriminada das actividades que pretendem ver apoiadas financeira e tecnicamente para o ano subsequente, tal como, acontece com as associações culturais e desportivas.

Essas candidaturas seriam analisadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal e as propostas que fossem aprovadas, deveriam ter já prevista a respectiva verba no orçamento para o ano subsequente.

A recusa das propostas apresentadas pelas Juntas de Freguesia deverá ser fundamentada.

Esta nova forma de relacionamento entre a Câmara e as Juntas permitiria uma maior autonomia da gestão das Juntas de Freguesia, já que estas teriam a certeza de que poderiam realizar as obras programadas, pois as verbas já estariam incluídas no orçamento e no plano de actividades do Executivo camarário.

Por tudo o acima exposto e até aceitando a sugestão do Presidente do Agrupamento Político do Partido Socialista, entendemos ser também este o momento de recomendar à Câmara Municipal a alteração do relacionamento com as Juntas de Freguesia, nos termos da proposta que submetemos a esta Assembleia.

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, na sua reunião ordinária de 22 de Dezembro de 2005 decide recomendar à Câmara Municipal de Viana do Castelo que o apoio financeiro às actividades das Juntas de Freguesia seja regulado da seguinte forma:

- a) O apoio financeiro às actividades, no âmbito das competências delegadas, deverá ser objecto de candidatura das freguesias, a tempo de serem considerados no orçamento da Câmara do ano civil, em que pretendem que os projectos sejam realizados. Os projectos serão aprovados ou recusados com base em critérios de equidade, justiça e oportunidade que corrijam assimetrias e desigualdades, devidamente fundamentados.
- b) A Câmara irá prever, no orçamento de cada ano, uma bolsa de financiamento, exclusivamente para esta finalidade e discriminada para cada competência delegada.
- c) A Câmara após aprovação das actividades a financiar, irá disponibilizando as verbas à medida que os projectos se vão concretizando, sem atrasos que prejudiquem o seu andamento.
- d) Deverá ser reservada uma parcela, cumulativamente, numa percentagem a definir pelo executivo, para ocorrer a projectos avulsos que se justificarem.

*Finalmente, uma ultima questão: - J. - Quanto vai ser o custo de todo o  
afec. ~~...~~*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO



## AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

---

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa  
Ex.mos Senhores Secretários da Mesa  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Ex.mos Senhores Vereadores  
Ex.mos Senhores Deputados Municipais  
Meus Senhores e Minhas Senhoras

Antes que me cortem a palavra, permita-me, em nome do Agrupamento Político do CDS/PP, desejar aos presentes e respectivas famílias, aos vianenses, SANTO NATAL E FELIZ ANO 2006.

O orçamento para 2006, diga-se em prol da verdade, dá continuidade ao orçamento em 2004 apresentado para 2005, senão vejamos: a dotação global cresce, embora pouco, não fosse o travão do Governo; continua o orçamento do ano transacto porque nele encerra os mesmos vícios de substância: é pouco rigoroso nas previsões de despesa e de recita nas diferentes classificações orgânicas e económicas, uma sobreorçamentada outra suborçamentada; continua a apontar, como o evidencia a execução de orçamentos socialistas anteriores [citando, para exemplificar, o de 2004], para taxas de execução que variam entre 1 e 586,8%; dá continuidade a dotações para o pagamento de Horas Extraordinárias que chegam a representar 16 % do valor das remunerações certas e permanentes, e [só para citar alguns pontos da proposta da Câmara, já que o tempo do nosso Agrupamento Político não nos permite expor e contribuir mais] continua a engordar com base no crescimento das receitas provenientes de impostos directos, taxas, multas e outras penalidades, embora estas tenham sido reprimidas no orçamento, mas na execução ver-se-á...

A propósito do pagamento de H. E., que, ao invés de decrescerem, continuam a ser zelosamente dotadas, gostaria de lembrar o Estatuto do Pessoal Dirigente, criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto, nomeadamente os princípios nela vertidos e o estatuído nos artigos 2º a 5º e artigo 13º, para que o executivo camarário avalie a sustentabilidade do abono das mesmas.

Verificamos que a Câmara, acima de tudo, produz despesa e contrai dívida, e fá-lo com ritmo preocupante. Produz despesa interna e, pior que isso, obriga as famílias e empresas do município a ver agravadas as respectivas despesas. É caso para dizer que o lema da C.M. é «taxação máxima, racionalização e razoabilidade zero».

Assim, porque NÃO ESTAMOS perante um Plano de Actividades e Orçamento que obedeçam aos princípios da equidade, da racionalidade e da razoabilidade; da economia, eficiência e eficácia, respectivamente, na realização da despesa; porque a gestão dos dinheiros públicos deve obedecer a estes princípios; porque Plano de Actividades e Orçamento devem traduzir a realidade sócio-económica do meio e das pessoas a que se destinam; porque não nos revemos em algumas das prioridades da despesa e da receita do investimento; porque são documentos em muitos aspectos lacónicos e ambíguos, não os podemos aceitar como válidos.

Um verdadeiro serviço público deve perseguir políticas Coerentes, Disciplinadas, Sustentadas, CDS, portanto, e como os documentos postos a votação não o fazem, não só os não aprovamos como os rejeitamos.



## AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

O Plano de Actividades e Orçamento consolidam uma gestão que se vem agravando; uma gestão que nos lembra Ícaro na sua intentona e na ambição. Também esse mítico aventureiro não ouviu palavras avisadas e quis subir alto, ignorando as asas de cera! Narciso sucumbiu à autocontemplanção! Assim se nos apresenta a gestão financeira da autarquia. Mas o que para nós é mais preocupante é que no mar em que a gestão autárquica venha a cair, certamente lá estarão OS NÃO RESPONSÁVEIS PELA DESVENTURA, e este tipo de aventuras nós não validamos.

Não validamos a falta de rigor na elaboração do orçamento, que formalmente está normalizado, um orçamento que segue a via mais fácil: se as receitas não chegam para a despesa que se vai produzir, agravam-se taxas, aumentam-se os preços dos serviços, onera-se ainda mais as famílias, independentemente dos indicadores sociais e económicos que as dão sobreendividadas e sem capacidade para suportar mais custos. Este, sim, é um verdadeiro orçamento de ricos e de riscos...

O que esperávamos era um Orçamento e Plano de Actividades rigorosos e convergentes com as grandes opções estratégicas nacionais em termos orçamentais: uma desorçamentação municipal, onde pontificasse a racionalização e a priorização sustentada da despesa e do investimento, mas isso não nos foi dado. Por isso, sugerimos:

1. que o executivo apresente a seu tempo um plano municipal da despesa, onde analise do topo às bases orgânicas os procedimentos, os recursos e respectiva gestão, e a despesa adstrita;
2. que seja planificada a redução da despesa da Câmara e a redução dos tributos do munícipes ao município;

3. que as opções do plano sejam hierarquizadas e priorizadas numa dinâmica de consonância com a realidade social dos vianenses.

Decorrente do exposto, o CDS/PP espera que em 692 palavras tenham compreendido que somos rigorosos e determinados na prestação do serviço público.

Viana do Castelo, 22 de Dezembro de 2005

Pel' O Agrupamento Político do CDS-PP



---

(Aristides Martins de Sousa)

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

22/DEZEMBRO/05

### INTERVENÇÃO NO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

#### OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS SANEAMENTO BÁSICO PARA 2006

Sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2006, o mesmo fica aquém do que seria esperado e desejável.

Sem conhecer a percentagem de execução do actual Plano de 2005 pouco se poderá dizer.

Contudo, desde logo resulta que o Orçamento apresentado, sem os Serviços Municipalizados o total é inferior ao do ano de 2005 em 174.580 €. Se lhe juntarmos 2,5 % de inflação, será inferior em 1.491.024 € (cuase 300 mil contos).

Os Serviços Municipalizados têm esses sim um aumento de mais 439.400 € relativo ao ano de 2005.

Sobre o resumo das receitas e despesas, verificamos que:

#### **Nas receitas correntes**

Ponto 4 – Taxas; Multas e outras penalidades temos menos 401. 516 €;

Ponto 6 – Transferências correntes – temos um aumento de 653.865 €;

**Nas receitas de capital**, dúvidas temos quanto:

Ponto 10 – Transferência de capital menos 1.425.229 €; e

Ponto 12 – Passivos financeiros com mais 1.084.613 €

**Nas despesas**, duas palavras sómente

Ponto 01 – Despesas com Pessoal – mais 391.841 €

Isto corresponde ao aumento de vencimentos de acordo com a inflação ou entrada de mais pessoal ?

Ponto 08 – Transferência de capital – mais 837.086 €

Ponto 09 – Activos financeiros tem uma diminuição significativa de 1.435.000 €

Em resumo temos uma receita corrente de mais 266.036 € e uma despesa corrente de mais 612.163-€

Se a falta de verbas impediu o lançamento de diversas obras que ficaram para o Plano Plurianual de 2006/2009;

Em 2006, com menos dinheiro orçamentado, promete-se tanto ? (Sem grande concretização).

**Passando para o Plano de Actividades, temos que:**

#### **Capítulo Educação, Cultura e Desporto:**

- Promete-se tanto, com menos 1.174.912 € do que no ano de 2005 ?
- Para quando a criação de condições efectivas para o cumprimento dos programas do 1º Ciclo Ensino Básico nas áreas das Expressões ?;
- E para quando a introdução do gosto pela Ciência nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico ?
- Afinal sempre está projectado a construção do Multiusos que tem tido avanços e recuos.
- O estádio Manuela Machado, não necessita antes de uma reconversão total em vez da sua conclusão nos moldes em que se encontra ?
- E a formação profissional tão necessária à reconversão do tecido empresarial do concelho ?

#### **Capítulo da Saúde e Acção social**

Diz-se que a Acção Social vai ser dotada de mais amplas competências e meios de intervenção. Mas estão orçamentados menos 137.273 € do que em 2005.

### **Capítulo da Urbanização e Ambiente:**

Estão efectivamente orçamentados mais 846.328 € do que em 2005 para a urbanização; mais 81 350 € para o planeamento; mais 668.954 € para o ambiente e qualidade de vida; mais 515 169 € para os Serviços Municipalizados e mais 461 695 € para a protecção civil, temos a mais neste capítulo 2.573 496 €.

Mas, tem que se perguntar – não será quase tudo para a conclusão do Programa Polis ?

E é altura de se perguntar também ao Executivo Camarário quais as obras que o Programa Polis vai concretizar até ao final previsto para meados do ano de 2007, já que o Plano é vago neste ponto.

- No que respeita à instalação, tratamento e drenagem das águas residuais, de ir ter um grande impulso, isto é uma repetição do que se vem dizendo nos planos anteriores.

- Promete-se a transferência do Aterro sanitário para Barcelos. Irá mesmo fazer-se ? Quando ?

- Sobre o envolvimento do Conselho da Bacia do Lima na valorização das praias fluviais. Vai finalmente reunir-se tal Conselho da Bacia ?;

- Se o Estado não proporcionar financiamento nada se fará no tocante “aos pontos de água; aos caminhos rurais e florestais; as brigadas de sapadores florestais; a vigilância motorizada das florestas “;

- No tocante ao desenvolvimento das freguesias, diz-se que as verbas a transferir pela Câmara para as Juntas de Freguesia vão aumentar em 10 % em relação a 2005, sendo que 20 % do total de destinam a aquisição de inertes.

Mas como, se as verbas orçamentadas apenas são mais 2.232 € do que as de 2005 ? E a inflação ?;

## **Capitulo Dinamização Económica e Turística**

Como será possível a dinamização destes sectores de actividade com menos 208.882 € do que m em 2005.

\*\*\*

Uma palavra se torna necessário dizer – Não será preciso preocuparmo-nos com a participação dos cidadãos ?

Num estudo feito no âmbito do Eixo Atlântico, em Viana do Castelo, apenas 9,7 % dos cidadãos se acham satisfeitos com a oportunidade de participação no planeamento e no processo de tomadas de decisões.

\*\*\*

Gostaríamos nesta parte final da nossa intervenção levantar as nossas dúvidas sobre a declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores do Partido Socialista na votação do Plano e Orçamento, quando se referem e vou citar “aprova-se o aumento da tarifa da água, porque há um real acréscimo do custo”. Se nos poderem explicar a que é que se referem muito ficaríamos gratos.

\*\*\*

São estas as razões e outras que foram colocadas na intervenção anterior do nosso Agrupamento e porque o Plano é vago no que respeita à concretização de obras, que levam a C.D.U. a ir votar CONTRA o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2006.

Viana, 22/12/05

O AGRUPAMENTO POLITICO DA CDU

O Deputado Municipal

  
(António Rui Viana)

**CDU - Coligação Democrática Unitária**

**PCP-PEV**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA**

**22/DEZEMBRO/05**

**Ponto 2 da Ordem de Trabalhos**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006**

O Agrupamento Político da CDU votou contra o Plano e Orçamento para 2006, por o mesmo não corresponder ao que seria desejável na presente situação.

Não compreendemos que com menos verbas para 2006 se prometa tanto, sem contudo se concretizar o que serão a maioria das obras.

Também a concretização do Programa Polis até meados de 2007, não ficou claro na discussão do Plano e Orçamento quais as obras que vão incidir neste plano.

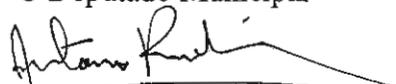
Não compreendemos que se diga que vão ser transferidas verbas para as Juntas de Freguesia com mais 10 %, quando a verba orçamentada é idêntica ao ano de 2005.

São estas reservas que levaram o Agrupamento Político da CDU a votar contra o Plano de Actividades e orçamento para 2006.

Viana, 22/Dez/05

O Agrupamento Político da CDU

O Deputado Municipal

  
(António Rui Viana)